

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO EM LETRAS

EVELINE ROSA PERES

**UMA ANÁLISE SOBRE O DISCURSO DA REVISTA VEJA EM RELAÇÃO ÀS
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013**

Pelotas/RS

Dezembro de 2014

EVELINE ROSA PERES

**UMA ANÁLISE SOBRE O DISCURSO DA REVISTA VEJA EM RELAÇÃO ÀS
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras, da Universidade Católica de Pelotas, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguística Aplicada – Texto, Discurso e
Relações Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ercília Ana Cazarin

Pelotas/RS

Dezembro de 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P437a Peres, Eveline Rosa
Uma análise sobre o discurso da revista Veja em relação às manifestações de junho de 2013. / Eveline Rosa Peres . – Pelotas: UCPEL, 2014.
90f.
Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas , Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, BR-RS, 2014. Orientadora: Ercília Ana Cazarin.
1. análise de discurso. 2.revista Veja. 3. protestos nacionais ocorridos em junho de 2013. 4.contradição I. Cazarin, Ercília Ana,or..

CDD 401.41

EVELINE ROSA PERES

**UMA ANÁLISE SOBRE O DISCURSO DA REVISTA VEJA EM RELAÇÃO ÀS
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras, da Universidade Católica de Pelotas, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguística Aplicada – Texto, Discurso e
Relações Sociais.

Pelotas, 18 de dezembro de 2014.

___ provada

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Thereza Veloso – URI

Prof^ª. Dr^ª. Aracy Ernst-Pereira – UCPEL

Prof^ª. Dr^ª. Ercília Ana Cazarin – UCPEL – Orientadora

*O segredo da Verdade é o seguinte:
não existem fatos, só existem histórias.*

João Ubaldo Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Ercília Cazarin, pela dedicação e atenção com que me orientou, pelos conhecimentos adquiridos e pela compreensão, nas horas difíceis.

Às professoras Aracy Ernest e Carmen Matzenauer por serem mais que professoras e me motivarem a concluir o trabalho, apesar das dificuldades.

Ao amigo Leandro Amorim Elpo, por me incentivar a fazer seleção para o Mestrado.

À minha mãe, minha irmã e à minha tia Raquel Pedroso Rosa pelo carinho e constante incentivo para superar as pedras no caminho.

Aos colegas e amigos Fabiana Soares da Silva, Camila Dias Borges, Janaína Brum, Vinícius Oliveira, pelo apoio e incentivo.

Às amigas-irmãs de coração Carolina Vergara Rodrigues e Rita de Casse Oliveira pelo carinho e pelas palavras amigas.

Ao meu querido namorado, Leonardo Furtado, pelo incentivo constante na fase conclusiva deste trabalho.

À Capes pela bolsa concedida.

À Deus e aos mentores espirituais pela iluminação nos momentos de quase desistência.

Aos autores lidos, sem os quais esse trabalho não existiria.

A todos que não foram citados, mas que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho fosse possível.

RESUMO

Veja caracteriza-se por ser uma das revistas do grupo Abril editorial com maior número de vendas - a revista de circulação nacional mais vendida - além disso, caracteriza-se também, por apresentar um posicionamento discursivo identificado com as bandeiras das elites do nosso país. Nesta dissertação, analisamos as capas das edições publicadas nos dias 19 e 26 de junho de 2013, os editoriais dessas duas edições, bem como duas reportagens, buscando compreender a aparente mudança discursiva ocorrida na *Veja*. As edições em estudo possuem como matéria de capa os protestos que surgiram em todo o país no início de junho do referido ano. Movidos, primeiramente, por reivindicações contra o aumento das passagens, esses protestos se estenderam para temas mais amplos como combate à corrupção, aos investimentos bilionários na Copa do Mundo de 2014, à homofobia, entre outras causas que indignam boa parte do país. Sendo assim, neste estudo, partindo do arcabouço teórico da análise de discurso (AD) de filiação pêcheuxtiana, propomo-nos a analisar as construções sintáticas das manchetes, as escolhas das imagens, a disposição e o tamanho das letras, as fotos e as cores escolhidas, buscando responder os seguintes questionamentos: Que condições de produção perpassam a construção dessas capas? Que fatores desencadearam a mudança discursiva das capas entre as duas edições? Como podemos perceber essa virada discursiva na materialidade linguística? Como a revista caracteriza os participantes do Movimento Passe-Livre e como se utiliza da ironia para descaracterizar os objetivos do MPL? Por fim, buscamos compreender se essas manifestações de junho de 2013 se constituíram como acontecimentos discursivos ou enunciativos.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Revista *Veja*; Protestos nacionais ocorridos em junho de 2013; Contradição.

ABSTRACT

Veja is one of the most sold magazines of Abril editorial group - currently, it is the most sold one - furthermore, this magazine presents a discursive position which is close to rich people of Brazil. In this dissertation, we analyzed the covers of this magazine that were published between June 19, 2013 and June 26, 2013, their editorials and two articles in order to understand the apparent change occurred in *Veja*. The editions used as the corpus of this research have, on their covers, the protests which happened in the whole country of June of last year. The initial reason of these protests was a claim against the rise of bus tickets, but it was an opportunity to claim also against wider themes like: slave off corruption, investment in the World Cup 2014, homophobia, and other causes that a big part of Brazilian people have been condemning. So, in this research we follow the theoretical background from discursive analysis of pecheuxtiana affiliation, and we aim to analyze the syntactical constructions of the headlines, the choice of images, the disposition and the side of the letters, the photos and the chosen colors in order to answer the following questions: What conditions of production cross over the build of these covers? What factors unleash the discursive change of the covers of the two editions? How can we realize this turn in terms of linguistic materiality? The magazine, through the cover of the edition published in June 19, 2013, clearly demonstrates itself in opposition to the protests. In the end, we sought to understand if these manifestos that happened in June of 2013 constituted themselves as discursive events or enunciative events.

Keywords: Discourse Analysis; *Veja* Magazine; National Protests occurred in June of 2013; Contradiction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I- FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	12
1.1 CONSIDERAÇÕES PRIMEIRAS.....	12
1.2 A BASE LINGUÍSTICA DOS ESTUDOS DISCURSIVOS.....	14
1.3 TÓPICOS CONCEITUAIS DA ANÁLISE DE DISCURSO.....	17
1.3.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA.....	17
1.3.2 INTERDISCURSO E INTRADISCURSO.....	18
1.3.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	20
1.3.4 SOBRE SUJEITO E SENTIDO EM AD.....	21
CAPÍTULO II - O JORNALISMO DE REVISTA E O DISCURSO DA <i>VEJA</i> SOBRE SI.....	24
2.2 O FAZER DO JORNALISMO DE REVISTA.....	24
2.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DAS REVISTAS NO BRASIL.....	26
2.3 A REPRESENTAÇÃO DO TEMPO NAS REVISTAS E A RELAÇÃO COM AS IMAGENS.....	29
2.4 JORNALISMO E INSTITUIÇÃO. <i>VEJA</i> E A CONSTRUÇÃO DE SI.....	32
CAPÍTULO Iii- AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E SUA DISCURSIVIZAÇÃO PELA REVISTA <i>VEJA</i>	37
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS – O IRROMPER DOS MOVIMENTOS DE JUNHO DE 2013.....	37
EFEITO DE CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

Em junho de 2013 vivenciamos uma grande mobilização social que se espalhou por várias cidades do país, perpassando todos os cantos do território nacional: fato que ficou mais conhecido como “*manifestações de junho*”. Essas manifestações eclodiram a partir do aumento da tarifa de ônibus ocorrido em várias capitais e em cidades bastante populosas, caracterizando-se por ser algo que gera um novo olhar sobre a capacidade de indignação dos brasileiros. Estes, principalmente através de redes sociais localizadas em sites da internet, se organizam e saem às ruas - primeiramente bradando contra o aumento das tarifas de ônibus e, depois de vários incidentes de agressões policiais a manifestantes, os protestos se massificam, incorporando outras pautas, como: contra o abuso de autoridade policial; em favor do direito à liberdade de expressão; contra a corrupção; contra os investimentos bilionários na Copa do Mundo de 2014; contra a homofobia entre outras reivindicações das mais variadas bandeiras de luta, todas clamando por mudanças na realidade brasileira. Depois de dispersarem-se as pautas, a manifestação perde seu foco e sinaliza o descontentamento de grupos sociais filiados a diferentes formações discursivas, que saem às ruas com objetivos tão diversos quanto (quase) opostos.

Partindo desse acontecimento, nossa dissertação irá deter-se sobre o discurso presente nas edições 2326 e 2327 da revista *Veja*, referentes aos dias 19 e 26 de junho de 2013, cujos temas em destaque foram os protestos ocorridos em todo o país nessas semanas. Em um primeiro momento, analisaremos as capas dessas edições, seus editoriais, bem como duas reportagens, buscando compreender a aparente mudança discursiva ocorrida na *Veja*. Por fim, o interesse é compreender se essas manifestações de junho de 2013 se constituíram como um *acontecimento discursivo ou enunciativo*.

Nosso trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: Capítulo I- *Fundamentos teóricos*, que irá tratar de conceitos basilares da teoria da análise de discurso pêcheuxtiana, importantes para o desenvolvimento de nossas análises; capítulo II - O jornalismo de revista e o discurso da *Veja* sobre si, onde contextualizamos o surgimento da editora Abril e, após, da revista *Veja*, e como ela se apresenta, ou seja, como ela fala de si; capítulo III- *As manifestações de junho e sua discursivização pela revista Veja*. Nas considerações iniciais deste capítulo, tratamos da irrupção dessa

manifestação, logo em seguida, na seção I, apresentamos a metodologia de análise; na sequência, na Seção II, apresentamos as análises, buscando entender como a revista discursiviza essas manifestações nas edições já citadas, e se há ou não contradição nessa discursivização efetuada pelo veículo nas duas edições. As análises são apresentadas em três recortes: *Recorte I- Os sete dias que mudaram o discurso da Veja*, nesse recorte analisamos as capas, com o objetivo de compreender os possíveis efeitos de sentido; *Recorte II- O Movimento Passe Livre que ser pop star?* - nesse recorte, analisamos os editoriais e duas reportagens assinadas pelas mesmas articulistas, os dois excertos retirados, cada um, de cada uma das edições em análise; nesses excertos analisamos como a revista caracteriza os participantes do Movimento Passe-Livre e como se utiliza da ironia para descaracterizar os objetivos do movimento; *Recorte III – Manifestações de junho de 2013: acontecimento discursivo ou enunciativo?* - nesse recorte buscamos entender o que ocorreu em junho de 2013, partindo dos conceitos de acontecimento discursivo (Pêcheux) e enunciativo (Indursky).

Para o desenvolvimento de nosso estudo nos pautamos nos seguintes questionamentos: As capas em pauta estariam funcionando como formadoras de opinião e sinalizadoras do posicionamento ideológico da revista? Ocorre ou não manutenção do posicionamento discursivo entre os editoriais, bem como entre as duas reportagens no espaço-tempo de publicação das duas edições? Como a revista *Veja*, em um período exíguo de sete dias, (re) significa seu discurso em relação a essas manifestações e que efeitos de sentido produz? Como a revista *Veja* caracteriza o Movimento Passe Livre e como utiliza a ironia para descaracterizar os objetivos do mesmo?

Entendemos as manifestações de junho de 2013 como acontecimento histórico, conforme conceitua Pierre Le Goff. Entretanto, nos perguntamos se o mesmo se constituiu como acontecimento discursivo ou enunciativo?

Com base nas questões norteadoras, temos como objetivo geral analisar o funcionamento do discurso de duas edições -19 e 26 de junho - da *Veja* em relação às manifestações de junho de 2013 e, como objetivos específicos compreender se as capas dessas duas edições funcionam como formadoras de opinião e sinalizadoras do posicionamento ideológico da revista; como a revista *Veja* caracteriza o MPL- Movimento Passe Livre e como se utiliza da ironia para descaracterizar os objetivos do mesmo. Buscamos, também, entender se o funcionamento discursivo dos editoriais,

bem como de duas reportagens das referidas edições nos possibilitam afirmar uma mudança discursiva e, se diante desse acontecimento histórico, poderíamos afirmar a produção de um acontecimento discursivo ou enunciativo.

A revista *Veja*, em um período exíguo de sete dias, (re) significa seu discurso em relação a essas manifestações; sendo assim, como podemos compreender os efeitos de sentido produzidos?

Partindo dessas questões norteadoras e dos objetivos explicitados, passamos ao primeiro capítulo de nossa dissertação.

CAPÍTULO I- FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1 CONSIDERAÇÕES PRIMEIRAS

A Análise de Discurso (AD), teoria fundada por um tripé epistemológico, com base na linguística, no materialismo histórico e na psicanálise, trabalha a partir da relação entre língua, discurso e ideologia. Concebendo o discurso como o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, busca compreender como a língua produz sentidos por/para sujeitos.

Orlandi (1990, p. 19) explica que a “AD considera que a língua não é transparente, desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como esse texto significa?” Ou seja, a partir das condições de produção – o contexto sócio-histórico-ideológico em que os discursos são produzidos, das formações discursivas e da memória discursiva que o subjazem, que efeitos de sentido esse discurso estão produzindo.

Ainda segundo a autora citada, a análise de discurso mobiliza essas três áreas do conhecimento - linguística, marxismo e psicanálise e, interroga a linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo pelo simbólico e se demarca da psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Ao propor o entrelaçamento dessas três disciplinas, a Análise de Discurso funda um novo objeto de pesquisa que irá afetar essas três formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso. Segundo Orlandi (1999), ao entendermos a linguagem como relação de sujeitos e sentidos com efeitos múltiplos e variados, insurge a definição de discurso como “efeitos de sentidos entre locutores, discurso esse que tem sua regularidade, seu funcionamento, que é possível apreender se não opormos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto”.

A AD não concebe o discurso como uma liberdade em ato, desprovido de condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. Para a Análise de Discurso a língua é condição de possibilidade do discurso.

Orlandi (1990, p.26) destaca que a AD trata da relação entre a “evidência subjetiva e a “evidência de sentido”. Portanto, assenta o discurso em um lugar particular no qual se relacionam a linguagem e a ideologia. Sendo assim, o discursivo, em Pêcheux, materializa o contato entre o ideológico e o linguístico.

Com relação ao objeto de estudo da Análise de Discurso, a autora enfatiza que esse vai além da interpretação, a AD não busca um sentido verdadeiro por meio de uma “chave” de interpretação, para essa teoria não existe essa verdade, existe método, construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. Duas questões são centrais para a Teoria do Discurso-ideologia/sujeito e as teorias idealista/materialista. Com relação ao materialismo histórico, Pêcheux & Fuchs (1975) afirmam que a região do materialismo que interessa à AD é a “da superestrutura ideológica, em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (1990, p. 165). Dentro da teoria materialista, o conceito que interessa à AD mais de perto é o de “assujeitamento” do sujeito como sujeito ideológico. É nessa “região” que os autores discutem a relação existente entre teoria e discurso, concebendo discurso como um dos aspectos da materialidade ideológica.

Althusser (1992, p. 98), ao tratar das tendências filosóficas, idealista e materialista, forja os fundamentos para uma teoria não subjetivista do sujeito. A tese fundamental é que “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”. É a partir dessa proposição althusseriana que Pêcheux irá propor as bases da teoria materialista do discurso, sustentado por três pilares: a subjetividade, a discursividade e a descontinuidade existente entre ciência/ideologia.

Sobre a relação do discurso com a história e com a ideologia, Orlandi (1990, p.35 e 36) explica que a história, para o analista de discurso, liga-se à prática e não ao tempo em si, se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não ao tempo cronológico; sendo assim, na perspectiva da AD não é o tempo

cronológico que organiza a história, a historicidade é a historicidade do texto, isto é, a sua discursividade (sua determinação histórica). Ou seja, a historicidade não é apenas reflexo do fora, mas se tece na inter-relação com a materialidade linguística, assim como a ideologia, é constitutiva do discurso. Em outras palavras, não se parte da história para o texto, mas do texto como materialidade histórica, como representação físico-linguística de um momento histórico, perpassado por suas ideologias, suas formas de ver e de sentir. A relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender sua historicidade, isto é, se colocar no interior de um confronto de sentidos.

Na perspectiva discursiva, a ideologia é necessária ao conceito de discurso, pois não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Entretanto, em AD, a ideologia não é compreendida como dissimulação ou o não do real - busca-se compreender os efeitos de sentido a partir da concepção de que é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia.

Partindo do acima exposto, podemos dizer que a AD exige uma abordagem crítica da ideologia, pois esta, na perspectiva do discurso, estabelece uma imposição à interpretação, o homem em sua relação com a realidade social não pode não significar; destinado a significar essa interpretação não é qualquer uma, é sempre norteadas pelas condições de produção de sentidos específicos determinados na história da sociedade. O processo ideológico no discurso está justamente nessa injunção a uma interpretação. Este é um dos processos básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso.

1.2 A BASE LINGUÍSTICA DOS ESTUDOS DISCURSIVOS

Para Pêcheux (1975) a oposição saussuriana entre língua e fala é a contradição essencial da Linguística. Entretanto, para o filósofo é a materialidade específica da língua que institui todo o problema da Linguística, pois para a AD é insuficiente conceber a língua como a base de um léxico e de sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos. Se a língua fosse só isso a tarefa do linguista seria apenas caracterizar e tornar manipulável o léxico e seus sistemas de regras.

Diferentemente da linguística, que concebe a língua como produto, a AD preocupa-se com o estabelecimento dos efeitos de sentido, ou seja, entende a língua como processo. Com relação à concepção da AD sobre linguística, Orlandi (1987, p. 118), afirma que o laço que liga o discursivo e o linguístico é bastante complexo. A autora ressalta que o linguístico e o discursivo são distintos, mas não estancam na sua diferença. A separação entre o linguístico e o discursivo é questionada em toda a prática discursiva, pois há uma relação entre eles, uma relação entre base do discurso e seu funcionamento.

Ainda segundo Orlandi (1996, p.53), o objeto a propósito do qual a AD produz seu “resultado” não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico, no qual o linguístico interfere como pressuposto. Diante disso, pode-se dizer que a AD pressupõe a linguística, mas não é sua tarefa descrever a língua, isso cabe à linguística. A tarefa da AD, segundo a autora, é procurar marcas linguísticas, entendidas como pistas, nem sempre evidentes, que lhe possibilitam analisar os efeitos de sentido. Para a AD, a língua é condição para o discurso, isto é, a língua é a base material do discurso.

Orlandi, na seguinte passagem, apresenta, de forma clara, a relação existente entre a AD e a Linguística:

A relação entre a AD e a Linguística é tensa. A AD pressupõe a Linguística e é pressupondo a Linguística que ganha especificidade em relação às metodologias de tratamento da linguagem nas ciências humanas. Com isso se constitui de forma crítica (o texto como monumento) em relação à análise de conteúdo clássico (o texto como documento). No entanto, essa posição crítica não a exime de, ao pressupor, marcar sua diferença em relação à própria Linguística. Essa diferença reside em que, embora a AD seja crítica à análise de conteúdo, o seu objeto se inscreve no domínio dos objetos que se relacionam com a ciência das formações sociais (1986, p. 110).

A partir do escrito por Orlandi, podemos entender que a AD não é uma extensão da Linguística, nem é esse seu propósito, o que a AD se propõe é compreender a relação constitutiva entre o discurso e sua exterioridade. Sendo assim, reitera à autora, a AD não trabalha com a linearidade do texto, mas traz para junto dele a exterioridade e trabalha sobre fatos linguísticos (ocorrências histórico-sociais) e não sobre dados verificáveis, como faz a Linguística.

Com base em Orlandi (1986, p.11), entendemos que a Teoria do Discurso produziu, e ainda produz deslocamentos nos estudos linguísticos que permitem mostrar que o

sujeito, a relação mundo/linguagem e o sentido não são transparentes e precisam ser pensados em seus processos histórico/sociais de constituição. Sendo assim, subdividimos esse capítulo em tópicos conceituais sobre a Análise de Discurso, os quais entendemos essenciais na teoria, bem como para nossas análises.

1.3 TÓPICOS CONCEITUAIS DA ANÁLISE DE DISCURSO

1.3.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Segundo Pêcheux (1990, p. 166 e 167), uma formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. Uma FD existe historicamente no interior de determinadas relações de classe e decorre de condições de produção específicas.

Podemos conceituar uma Formação Discursiva como um domínio de saber que dissimula, pela ilusória transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência ao interdiscurso das formações discursivas interligada ao complexo das formações ideológicas. Pêcheux (1988, p. 191), explica que a ideologia fornece evidências para que palavras e/ou enunciados "queiram dizer o que realmente dizem", e para que mascarem, sob a transparência da linguagem, o caráter material do sentido.

Partindo do que o autor esclarece sobre a base ideológica do discurso, podemos afirmar que a formação ideológica é um elemento que atua como uma força em embate com outras forças na conjuntura ideológica de uma formação social em dado momento. Por extensão, uma formação ideológica é um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos às oposições de classe em confronto umas às outras. Sendo assim, uma FI comporta, como um dos seus componentes, uma ou mais FDs interligadas.

Pêcheux (1988, p. 215), explica que o sujeito é interpelado a ocupar um lugar numa determinada FD, isto é, o sujeito é interpelado por uma FD a partir do momento em que esse se identifica com a FD que o domina. Essa interpelação não é consciente, pois o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu dizer.

Pêcheux (1983), ao reformular o conceito de Formação Discursiva, salienta que, antes de caracterizar a FD isolada ou diferenciadamente, é preciso caracterizar as modalidades de contato entre elas, marcadas pelas Formações Ideológicas que as unem e as dividem. Sendo assim, uma FD deve ser considerada como uma unidade dizível, uma heterogeneidade em relação a si mesma. Suas fronteiras são porosas, ou seja, uma FD não possui contornos estáveis, separando um interior de um exterior do saber. Uma FD se inscreve entre diversas FDs e suas fronteiras se deslocam em função dos jogos da luta ideológica.

O dizível, afirma Orlandi, define-se, para o sujeito, através da relação entre diferentes FDs. Cada FD determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, numa conjuntura dada. Para ela: "o complexo das FDs, no seu conjunto, define o universo do "dizível" e especifica, em suas diferenças, o limite do dizer para os sujeitos em suas distintas posições" (1990, p.39).

Indissociável dos conceitos de formação discursiva e formação ideológica encontram-se os conceitos de interdiscurso e intradiscurso os quais serão a seguir examinados.

1.3.2 INTERDISCURSO E INTRADISCURSO

Pêcheux (1988, p. 162 e 163) nomeia interdiscurso o "todo complexo com dominante das formações discursivas", imbricado no complexo das FIs, que toda a FD dissimula, na ilusão da transparência do sentido que nela se forma. O interdiscurso é o lugar onde se constituem os objetos do saber (os enunciados). Ele está fora da FD, mas é nele que o sujeito busca os enunciados que farão parte de seu discurso.

Orlandi (1990, p. 39 e 40) afirma que o interdiscurso corresponde ao "isso-fala", o sentido "já-lá" e representa o domínio do saber, a memória da FD. Segundo ela, é no interdiscurso que se constitui o dizer, definível, para o sujeito, pela relação entre FDs distintas. No exame do interdiscurso dois elementos merecem destaque: o pré-construído e o discurso-transverso.

Segundo Pêcheux (1988), pré-construído é um termo proposto por P. Henry para designar aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado. Trata-se de uma relação dissimétrica entre dois domínios do pensamento - "um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro, sob a forma do que chamamos 'pré-construído'".

A característica essencial do pré-construído é a separação entre o pensamento e o objeto do pensamento, com a pré-existência deste último - o real existe, independente do pensamento. O pré-construído é apresentado como o "sempre-já-aí" da interpelação ideológica que impõe a "realidade" e seu "sentido" sob a forma de universalidade (mundo das coisas).

O "discurso transversal" provém do interdiscurso e, em regra, é implícito na fala deste sujeito, mas explícito na FD de origem. É um discurso assertado em outra FD e importado como pré-construído. Em suma, é uma espécie de "presença-ausente", efeito da aridade e da dispersão da FD e acontece, enquanto enunciado, no cruzamento de FDs.

O intradiscurso é apresentado por Pêcheux (1988, p. 166 e 167) como um funcionamento do discurso na sua relação consigo mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que direi depois; portanto, o conjunto dos elementos de co-referência que garantem aquilo que se pode chamar de fio do discurso enquanto discurso de um sujeito). O autor destaca que a forma-sujeito efetua um efeito de apagamento do interdiscurso no intradiscurso. O primeiro funciona como “já-dito” do segundo ao qual se articula por “co-referência”. Orlandi, na mesma direção de Pêcheux, conceitua intradiscurso como a produção efetiva circunstanciada e relativa a um contexto específico de uma sequência discursiva concreta (1990, p.39). Como os conceitos de inter e intradiscurso estão estreitamente ligados ao de Condições de Produção, explicamos, no próximo tópico, o que vem a ser esse conceito.

1.3.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Orlandi (1987, p. 158-159) salienta que um conceito básico para a AD é o de Condições de Produção. As condições de produção caracterizam o discurso, o constituem e, como tal, são objeto de análise. A linguagem se constitui num espaço de conflito, isto é, de confronto ideológico. A autora diz que o papel da AD é justamente o de procurar ver, no discurso, a relação com a exterioridade que o constitui e como esta relação ocorre. Para tanto, é indispensável o estudo das Condições de Produção que podemos definir como o conjunto do contexto histórico-social, da situação e dos interlocutores, responsáveis pela constituição do discurso.

Quando dizemos algo, dizemos de algum lugar da sociedade para alguém também de algum lugar da sociedade, e esses lugares sociais que ocupamos, também fazem parte do discurso. Também podemos conceituar condições de produção, de acordo com Orlandi, como o interdiscurso, as formações imaginárias, nas quais contam relações de força (os lugar sociais dos interlocutores e sua posição relativa ao discurso), relações de sentido (o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre um e outro discurso e os outros), a antecipação (a maneira como o locutor representa as representações do seu interlocutor e vice-versa). Sendo assim, é preciso considerar o lugar social dos interlocutores.

Os estudos que desconsideram as condições de produção do discurso não se dão conta de que os conhecimentos não são partilhados pelos agentes do discurso e sim socialmente distribuídos. Os sujeitos podem ocupar posições diferentes e mesmo polêmicas dentro de formações discursivas. O falante “sabe” a sua língua, mas nem sempre tem “conhecimento” do seu dizer, isto é, o que diz tem relação com as condições de produção do seu discurso, com a dinâmica da interação que estabelece na ordem social em que ele vive. O conceito de condições de produção, e os demais conceitos já abordados, permitem um melhor entendimento sobre sujeito e sentido, temas que discorreremos no próximo tópico.

1.3.4 SOBRE SUJEITO E SENTIDO EM AD

Saussure ao instituir a dicotomia língua/fala, para dar um tratamento mais científico à linguagem, relega a fala ao campo da subjetividade, detendo-se no estudo da língua em seus estudos linguísticos. Os estudos sobre a subjetividade, dentro do terreno da linguística, só serão retomados décadas mais tarde, sendo Benveniste o principal teórico a resgatar esse aspecto da língua para dentro da linguística. De acordo com Benveniste (1991), a enunciação se define como um processo de apropriação, enquanto realização individual, no qual a linguagem funciona como possibilidade da subjetividade. Já a AD se opõe à visão de sujeito de Benveniste.

Pêcheux (1990, p. 175-179), postula que existe um espaço que abriga tudo o que seria possível o sujeito dizer (mas não diz), ou o campo que se opõe a tudo o que o sujeito disse, espaço que ele nomeia de esquecimento número 2, isto é, a zona do “dizível”, do repetível”, do “formulável” - zona da ilusão que o sujeito falante tem do “eu sei o que eu digo” – zona que o sujeito pode penetrar conscientemente – zona dos processos de enunciação que se caracterizam por algo do tipo pré-consciente/consciente em que o sujeito falante pode selecionar “conscientemente” um enunciado dizível, ou seja, uma sequência discursiva para enunciar em seu discurso. É nesse espaço que o sujeito tem a ilusão de “liberdade”. Já o esquecimento nº 1 consiste em uma zona inacessível ao sujeito e é de natureza inconsciente; zona do “recalcado”, constitutiva da subjetividade – o sujeito é afetado por esse esquecimento e acredita ser fonte e senhor de seu dizer. Como podemos perceber, esses dois esquecimentos diferem

fundamentalmente um do outro, e a relação entre eles remete à condição de existência (não-subjetiva) da ilusão subjetiva e às formas subjetivas de sua realização (PÊCHEUX, apud CAZARIN, 2005, p. 23).

Pêcheux (1975) apresenta o sujeito como revestido de caráter ideológico. As diferenças fundamentais da posição de Benveniste e da AD são: em Benveniste o sujeito é centrado na pessoa, é um sujeito “forte/uno”, responsável pelo seu dizer; em AD concebemos o sujeito como assujeitado à sua Formação Discursiva. Essa, por sua vez, contém a sua “forma-sujeito”, que é historicamente determinada, e representa o assujeitamento completo à FD. Entretanto, dentro de uma FD convivem diferentes posições-sujeitos, não totalmente identificadas com o saberes da FD dominante e se relacionam diferentemente com a forma-sujeito de sua FD.

Conforme escreve Cazarin (1998, p. 43-48), é em Althusser (1992) que Pêcheux busca a tese fundamental - "a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos" e esta interpelação é importante na teoria de Pêcheux, porque à constituição do sentido se junta a da constituição do sujeito através da interpelação. Entretanto, a ideologia, ao mesmo tempo em que interpela o indivíduo em sujeito, o assujeita. E isso nos permite afirmar que na AD, o sujeito do discurso não é portador de escolhas e/ou de intenções. O que ocorre é que devido à natureza inconsciente da determinação ideológica, o sujeito não percebe a vinculação de seu discurso a essa forma-sujeito - daí a ilusão de liberdade do sujeito de que fala Pêcheux.

É também em Cazarin (op. cit.) que encontramos uma citação de Guilhaumou & Maldidier, a qual nos ajuda a melhor compreender o estatuto do sujeito em AD.

[...] arrancando-o a uma visão psicologizante, por um lado, e à empiricidade imediata das situações de comunicação, por outro. [...] uma relação entre enunciação e ideologia, tomada no sentido marxista do termo, desfazia a estrutura enunciativa: o aparelho formal da enunciação não era mais o único meio para posicionar sujeitos em uma conjuntura (1989, p. 62 apud CAZARIN, 1998, p. 46).

Cazarin, nesta mesma página, ainda escreve que, nessa mesma direção, Pêcheux, em 1981, ao prefaciá-la tese de Courtine, critica a ideia do sujeito pleno e fala da necessária "deslocalização tendencial do sujeito enunciativo". Segundo ele, o sujeito enunciativo não está mais no centro dos processos de legitimidade, e sim em outro lugar, lá onde apenas as descrições locais podem recuperá-lo e categorizá-lo. Assim, à medida

que o sujeito da linguagem não é um "sujeito em si", porque socialmente situado, a apropriação da linguagem, na perspectiva da AD, é igualmente entendida como social.

A teoria não-subjetiva da subjetividade inclui o sujeito, mas, ao mesmo tempo, o "descentra". Orlandi (1990, p. 29), explica esse descentramento pelo fato de que a AD não considera o sujeito como fonte e responsável do sentido que produz, considera-o apenas parte desse processo. O sujeito, então, é ele, mais a complementação do "outro", mais o inconsciente. Nesse "outro", inclui-se não só o destinatário, mas também a voz de "outros" discursos, historicamente já constituídos, que se encontram no nível do interdiscurso.

Os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, mas sim na FD com a qual o sujeito se identifica e esta é determinada pelo interdiscurso. Daí se poder dizer que o que existe é a forma-sujeito da formação discursiva, com a qual diferentes posições de sujeito se relacionam - de uma maneira particular - mas social. A maneira como determinada posição-sujeito se relaciona com a forma-sujeito evidencia a dispersão do sujeito e a não homogeneidade da própria FD. Na AD, o sujeito é duplamente interpelado: pela ideologia e pelo inconsciente.

A constituição do sujeito liga-se à constituição do sentido. Ao afirmar que discurso é efeito de sentido entre locutores, Pêcheux (1969) traz à discussão o conceito de sentido. Em 1975, o autor diz que a produção do sentido é indissociável da família parafrástica, que funciona como a "matriz do sentido". Escreve que o sentido de uma sequência só é materialmente concebível, à medida que se a conceba como pertencente a esta ou aquela FD, imbricada no universo do interdiscurso.

Parafraseando Pêcheux (1988, p.153-263), podemos dizer que o sentido não é dado a *priori*, não preexiste, não é predeterminado por propriedades linguísticas; é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no interior da FD. Nessa mesma direção, Orlandi (1987, p.138) salienta que o sentido é intervalar - não está em um interlocutor, não está em outro. Está no espaço discursivo (intervalo) criado (constituído) pelos/nos interlocutores. O sentido enquanto processo se constitui na interlocução. Isso lhe permite escrever que os conhecimentos podem ser "comuns", mas não "iguais". Segundo a autora, "há desigualdade na distribuição dos conhecimentos, não há partilha. Essa desigualdade é jogada na interlocução. Há um jogo entre implícito e explícito...".

Encerrando este capítulo, queremos salientar que outras noções serão desenvolvidas no decorrer das análises. Dentre elas citamos contradição, ironia, acontecimento discursivo, acontecimento enunciativo.

CAPÍTULO II - O JORNALISMO DE REVISTA E O DISCURSO DA VEJA SOBRE SI

2.2 O FAZER DO JORNALISMO DE REVISTA

Scalzo (2013) ressalta que ainda hoje, mesmo com a intensa difusão da informação em suportes audiovisuais quem quer saber mais detalhes tem que ler o texto impresso, pois não basta só obter a informação pelo telejornal ou rádio. Para que a informação seja mais completa, temos que lê-la, não só acompanhar as notícias nos meios audiovisuais, uma vez que nesses meios tudo é muito difuso.

De acordo com a autora (p. 13):

A palavra escrita ainda é hoje o meio mais eficaz para transmitir informações complexas. Quem quer informações com profundidade deve, obrigatoriamente, buscá-las em letras de forma. Jornais, folhetos, apostilas, revistas, livros, não interessa o que: quem quer saber mais tem que ler. Mas por que ler uma notícia que já se conhece de véspera? O escritor Colombiano Gabriel García Márquez é autor de uma frase lapidar, que serve especialmente para as revistas: 'A melhor notícia não é a que se dá primeiro, mas a que se dá melhor'. Hoje, até os meios eletrônicos começam a prestar mais atenção nisso. Enquanto editores de sites e portais da internet disputam segundos e, na pressa, correm o risco de veicular notícias imprecisas ou mesmo erradas, os consumidores parecem cada vez mais interessados na informação correta, e não no ineditismo.

A partir do que argumenta Scalzo, podemos inferir que as revistas preservam a sua atualidade, ainda com o advento dos meios eletrônicos, pois a compreensão de um fato exige leitura e aprofundamento e não informações rápidas e instantâneas, características desses meios. Ao caracterizar as especificidades da revista, a autora explica que:

Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. Possui menos informação no sentido clássico ('as notícias quentes') e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática). Isso não quer dizer que não busquem exclusividade no que vão apresentar aos seus leitores ou que não façam jornalismo. A questão é: o que é o jornalismo de revista? (p. 14)

Como podemos verificar a partir da citação acima, não há um conceito homogêneo para jornalismo de revista, esse conceito está sempre se reinventando de acordo com a época, com os costumes e com o público leitor, sendo tão diverso quanto às diferentes temáticas às quais se dedicam as publicações de revistas. Para que uma revista se sustente ela tem que se amparar em mitos e imaginários que envolvam seus leitores, tornando-as indispensáveis não só como meio de informação, mas como modo de vida.

Ainda segundo a mesma autora:

[...] O jornalista Harold Hayes, na época editor da revista *Esquire*, levantou também a hipótese de que o mito que alimentara o sucesso de *Life* nos anos 1940 e 1950 –o de uma cultura norte-americana vibrante e em constante movimento- havia se perdido. Seria necessário forjar um novo mito para reconstruir a publicação. Segundo ele: ‘uma revista de sucesso tem de erigir um mito no qual seus leitores acreditem’. Essa mesma regra também vale para explicar o desaparecimento de outras publicações; revistas representam épocas (e- por que não? - erigem e sustentam mitos). Sendo assim, só funcionam em perfeita sintonia com seu tempo. Por isso dá para compreender muito da história e da cultura de um país através de suas revistas. Ali estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizam grupos de pessoas. (p. 16)

Entretanto, as revistas são um recorte da realidade, representando crenças e saberes ligados não só as condições de produção nas quais são elaboradas, mas intimamente vinculadas á FD do grupo editorial. Sendo assim, não retratam exatamente os hábitos de uma época, mas os hábitos, modas e personagens de determinados grupos sociais, principalmente os grupos das classes sociais dominantes.

Indo na direção contrária à Scalzo, França (2013, p. 93) chama a atenção para o enquadramento, o recorte de realidade, realizado pelos meios de comunicação, dependendo dos interesses em jogo e do tema ao qual o meio de comunicação se propõe noticiar, como-esportes, variedades, cultura, comportamento – todos esses fatores pesam no momento de selecionar a forma de tornar público determinado fato:

Uma revista carrega um mundo dentro de si, a capa já nos oferece algo, chamando nossa atenção e tentando nos seduzir para fazer aquilo que toda revista espera que seja feito: abri-la, folheá-la, lê-la. Quando finalmente fazemos isso e nos arriscamos a entrar naquele mundo, somos levados a uma realidade específica, com acontecimentos, personagens, ideias, sentimentos. Mas de onde vem tudo isso? Afinal, o acontecimento não se imprime sozinho na página e os personagens não invadem o texto do nada. Então, como eles chegam até ali? O que faz uma pessoa, e não outra, ser citada? O que leva um fato específico a atrair atenção e outro ser ignorado? Tudo depende do tema e dos referentes de cada revista. O jornalismo de revista está intimamente ligado ás expectativas dos leitores. Diferentemente do jornal impresso, que

busca abarcar os fatos do mundo de um modo mais objetivo e geral, dividindo-se em cadernos (ou editoriais), que pretendem atingir o maior grupo de pessoas possível, a revista costuma ser especializada, com características próprias que dizem de sua identidade. Mesmo as revistas jornalísticas, que tratam de assuntos mais variados, reúnem todos eles sob uma mesma identidade, que se liga a seu grupo de leitores.

Para a Análise de Discurso, além de a revista considerar o perfil do seu público leitor, ela escreve de acordo com a Formação Discursiva a qual está vinculada, transmitindo aos seus leitores não só o que eles querem ler, como postulam as teorias sobre jornalismo de revista, mas toda uma rede de significados pertencentes ao universo da FD a qual a revista está vinculada. Desse modo, conforme a ótica da AD, a revista deixa escapar saberes da sua FD de origem que interferirão no modo como o leitor interpretará os fatos reportados.

2.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DAS REVISTAS NO BRASIL

A história das revistas no Brasil, assim como a da imprensa em qualquer lugar do mundo, confunde-se com a história econômica e da indústria no país. As revistas chegaram por aqui no início do século XIX, junto com a corte portuguesa – que vinha fugindo da guerra e de Napoleão - sendo assim já chegaram com o assunto sobre o qual iriam tratar e com os meios para serem feitas. Antes da chegada da família real portuguesa em nossas terras, a imprensa era proibida no Brasil.

Em Scalzo (2013), somos informados de que a primeira revista, *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, surge em 1812, em Salvador, na Bahia, e, segundo ela própria, propunha-se a publicar discursos sobre costumes e virtudes morais e sociais, algumas novelas de escolhido gosto e moral, extratos de história antiga e moderna, nacional e estrangeira, resumos de viagens, trechos de autores clássicos portugueses – quer em prosa, quer em verso -, cuja leitura tendia a formar gosto e pureza na linguagem, algumas anedotas e artigos que tinham relação com os estudos científicos propriamente ditos e que podiam habilitar os leitores a fazer-lhes sentir a importância das novas descobertas científicas. Como todas as outras revistas de sua época *Variedades* também tinha cara e jeito de livro.

Em 1813, no Rio de Janeiro, surge *O Patriota*, a segunda revista publicada no Brasil. Contando com colaboradores da elite intelectual do período, a revista, como o próprio título sugere, propunha-se a divulgar autores e temas da terra.

Até 1837, essas publicações têm vida curta, no máximo, duram um ano ou dois. Esse cenário só será alterado com a publicação da revista *Museu Universal* - publicação que se propunha a tratar de temas leves e acessíveis, direcionada a uma parte da população recém-alfabetizada, a quem se queria oferecer cultura e entretenimento. Além dessas inovações, a revista trazia ilustrações. Com essa fórmula - que era a cópia dos magazines europeus - e o avanço das técnicas de impressão, o jornalismo em revista brasileiro encontra um caminho para atingir mais leitores e assim consegue se manter.

De acordo com Scalzo (2013), o início do século XX, na chamada *Belle Époque*, ocorre uma série de transformações científicas e tecnológicas que vão refletir a vida cotidiana e a remodelação das cidades. As revistas acompanham essa euforia - centenas de títulos são lançados- e, com as inovações na indústria gráfica, apresentam um nível de requinte visual antes inimaginável. Nesse momento, o Rio de Janeiro, capital da República, possuía o maior parque gráfico do país, onde vão proliferar publicações de todos os gêneros. A imprensa começa a se profissionalizar, acompanhando a evolução da nascente industrialização nacional. Para fundar e manter uma revista passa a ser necessário unir, a um só tempo, técnica e capital.

Nesse período, as publicações se dividem entre as de variedades e as de cultura. Há inúmeros grupos de intelectuais, das mais variadas tendências, que fundam sua própria revista - entre elas, a Klaxon, que divulgou as ideias da Semana de Arte Moderna de 1922. Nas revistas de variedades, as caricaturas continuam em alta e surgem talentos como J. Carlos, K. Lixto e Raul, até hoje considerados grandes mestres do gênero. Ao mesmo tempo, com o avanço dos processos de impressão, as fotografias também ganham espaço nas páginas das revistas. *A Revista da Semana*, lançada em 1900, é pioneira na utilização sistemática de fotos, especializando-se em fazer reconstituição de crimes, em estúdios fotográficos.

Conforme Scalzo (2013), entre o final do século XIX e início do XX, surge um novo tipo de revista. Chamadas 'galantes', eram voltadas para o público masculino e traziam notas políticas e sociais, piadas e contos picantes, caricaturas, desenhos e fotos

eróticas. *A Rio Nu* foi a primeira, em 1898, mas o auge do gênero vem em 1922, com o lançamento de *A maçã*, que se propunha a dizer com graça, com arte, com literatura, o que se costumava dizer por toda parte sem literatura, sem arte e muitas vezes sem graça'. No começo do século XX, surgem, também, revistas ligadas à nascente indústria nacional. É de 1911 a primeira revista sobre automóveis (*Revista de Automóveis*) e de 1915 a primeira sobre aviões (*Aerófilo*).

As primeiras histórias em quadrinhos nacionais aparecem em 1905 na *Tico-Tico*, que seria, por mais de 50 anos, o grande sucesso entre as crianças brasileiras. É de 1939 a revista que viraria sinônimo de história em quadrinhos: *Gibi*, editada pela Rio Gráfica, com histórias de *Popeye*, *Super-Homem*, *Tarzan*, *Zorro*... E, em 1950, com o lançamento de *Pato Donald*, as histórias de *Walt Disney* chegam ao Brasil pelas mãos de Victor Civita, fundador da Editora Abril.

Em 1928, nasce o que viria a ser um dos maiores fenômenos editoriais brasileiros: *O Cruzeiro*. Criado pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, a publicação estabelece uma nova linguagem na imprensa nacional por meio de grandes reportagens e dando uma atenção especial ao fotojornalismo.

Na década de 1950, chega a vender cerca de 700 mil exemplares por semana. Colada nesse sucesso e aproveitando a euforia do pós- Guerra, em 1952, surge *Manchete*, da Editora Bloch – uma revista ilustrada que valoriza, ainda mais que *O Cruzeiro*, os aspectos gráficos e fotográficos. Otimista, a publicação coloca sua técnica ‘a serviço da beleza do Brasil’, além de lançar e manter colunas de cronistas como Rubem Braga, Paulo Mendes Campos entre outros.

Incapaz de se renovar e sofrendo com a derrocada do império de Assis Chateaubriand, *O Cruzeiro* morre na década de 1970. *Manchete* sobrevive até o começo da década de 1990. Depois, acompanhando a decadência do grupo Bloch, por um lado, e a falência do modelo das revistas semanais ilustradas, por outro, vai perdendo seu público.

Também enfocada na reportagem e no jornalismo investigativo, surge, em 1966, *Realidade*, que mesmo tendo fechado em 1976, até hoje é considerada uma das mais conceituadas revistas brasileiras de todos os tempos. Depois dela, a Editora Abril investiu em *Veja*.

2.3 A REPRESENTAÇÃO DO TEMPO NAS REVISTAS E A RELAÇÃO COM AS IMAGENS

Na sociedade contemporânea, as imagens possuem grande relevância no nosso cotidiano. Nossa convivência com as imagens sedá desde os primeiros minutos do dia. Assim, muitas vezes, estabelecemos relações com as imagens através de ações automatizadas e rotineiras, por exemplo, ao acordar, antes de sairmos para o trabalho, ligamos a televisão para assistir aos telejornais matinais e nos deparamos com diversas imagens, principalmente as de propagandas publicitárias que aparecem nos intervalos comerciais. Também as imagens estão presentes em outros momentos do nosso dia, como nos Outdoors, que vemos no trajeto até o trabalho, nos panfletos que nos distribuem pelas ruas, no jornal impresso e revista que se lê na padaria durante o cafezinho da tarde, quando acessamos a internet etc. Vale destacar que, mais recentemente, com o advento da internet e das redes sociais, nosso contato com imagens tem sido cada vez maior, sendo que elas estão muito presentes em nosso imaginário.

Com relação à importância das imagens e das mídias na contemporaneidade e a relevância que a teoria da Análise de Discurso reconhece nelas, destacamos a seguinte contribuição de CAZARIN (artigo de Santa Maria):

além da importância da AD no processo de restituição da espessura histórica da discursividade, precisamos considerar também as imagens, os recursos disponibilizados pela mídia. Imagens e recursos estes que, antes de se constituírem gestos de interpretação do analista, são já gestos de interpretação da própria mídia, na medida em que resultam de recortes seletivos relacionados a injunções na ordem do dizer/mostrar.

Ainda em Cazarin (artigo de sta Maria), sobre a relação do não-verbal com a representação dos fatos políticos pela mídia, a autora destaca a seguinte citação de Courtine (2006):

[...] a transmissão da informação política, atualmente dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável fora de seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem (Op. cit. p. 57).

A imagem também é discurso e, nas mídias, são representativas de ideologias, pois de acordo com as imagens selecionadas para acompanhar uma matéria, a repercussão daquele fato se dará de diferentes formas. Por esses motivos, é indispensável considerar a imagem na análise dos discursos midiáticos, pois discurso imagético e discurso verbal se articulam de forma indissociável.

Tecendo relações entre imagens, mídias, e como os fatos são tratados em um espectro temporal, importante salientar que, diferentemente dos jornais, as revistas têm sua temporalidade expandida devido à periodicidade alongada. Sendo assim, precisam explorar os fatos mais a fundo que os jornais. Além desse aspecto, a forma como as imagens são selecionadas, enredadas, justapostas umas às outras, são maneiras de representar o tempo presente.

Segundo Vogel (2013, p.17):

Toda revista propõe, de algum modo, uma reflexão sobre o contemporâneo; nunca uma representação do contemporâneo, mas uma apresentação materialmente estável de imagens justapostas, do presente e de quaisquer tempos. Sejam quais forem os temas aos quais se dediquem, o noticiário recente ou a efeméride, a revista implica a reunião espacial – o número, a edição – de materiais cuja temporalidade é diversa, heterogênea. Refletir sobre a temporalidade da revista exige, portanto, que se leve em conta a espessura temporal das imagens que ela veicula.

Vogel articula tempo, imagem, memória e propõe uma reflexão sobre o que é contemporâneo e como ele é materializado nas folhas das revistas. Dialogamos com esse estudo, em nossa dissertação, para tentar entender de que forma as imagens, na revista *Veja*, representam os acontecimentos reportados.

Ainda segundo Vogel, “a revista se mostra, afinal, como caleidoscópio em que imagens, antes separadas, se justapõem, se alternam, se multiplicam, numa reconfiguração constante daquela que seria, em termos benjaminianos, a experiência do tempo, que é em tudo diferente da vivência perceptiva do presente.” Os seja, imagens diametralmente opostas no tempo, ou no espaço, podem aparecerem juntas, na mesma página, ou lado a lado, instituindo um novo sentido a partir da leitura em conjunto dessas imagens que, anterior a representação efetuada por esse veículo de comunicação, era outro, totalmente diverso. Semelhante é o processo de justaposição entre imagem e legenda, ou entre imagem e texto verbal ao qual ela passa a se relacionar; essas relações verbo-visual fundam um sentido terceiro, direcionado pelo veículo de comunicação, representativo da FD à qual determinada mídia se vincula .

Entretanto, o tratamento e o destaque dado à imagem pelas revistas, é diverso dos jornais e de outras mídias. Desde a ideia de *review*, (resenha ou minuta crítica) ou de magazine (loja ou casa de comércio), a revista apresenta características que a

distinguem do jornal. Ambos operam num encontro entre texto, fotografia, ilustração e design. Contudo, a periodicidade é um dos elementos centrais da diferenciação. Revistas podem ser semanais, quinzenais ou mensais, mas não existem revistas que sejam publicadas diariamente – isso é característico dos jornais e os torna muito mais próximos (que a revista) do universo contextual da revista propriamente dita, com um vínculo temporal estreito entre os eventos empíricos e a publicação. Essa característica é a que mais fortemente altera como o evento se torna acontecimento numa revista, potencializa a policronia desses acontecimentos e reforça seu aspecto de montagem.

Lage *apud* Vogel observa que, voltadas a grupos de leitores, ‘as revistas fazem parte do grande aparato classificatório que nos dispõe em escaninhos segundo o que *necessariamente* nos interessa, a partir de nossas rendas, idades, o lugar em que vivemos ou de qualquer outro critério aparentemente *natural* ou *espontâneo*’ (1982, p.89, grifos do autor). Essa percepção, que registra a forma de biopoder que se exerce e exercita nas revistas, tem um efeito importante sobre a definição da pauta, o tratamento editorial, a linguagem (em suma, o acontecimento) em cada publicação. No conjunto, pode-se dizer que ela sobredetermina o modo como determinada revista toma posição diante dos eventos do mundo.

Perniola *apud* Vogel (2013, p.155), bem observou que “é preciso realmente falta de senso histórico para acreditar cegamente numa correspondência geométrica entre a realidade histórica de uma época e o seu imaginário coletivo.”

A essa citação, Vogel (p. 24-25) complementa:

Não é difícil reconhecer que, numa revista ocorre um encontro de temporalidades mistas e heterogêneas: os tempos dos acontecimentos factuais, os tempos de produção da revista, os tempos da leitura. Quando se empreende uma leitura crítica da revista, entra em cena a temporalidade do analista, do observador. A tudo isso, soma-se que cada imagem do presente, cada evento factual, se liga a uma rede de imagens já existentes, multiplicando os pontos de vista.

Soma-se a isso também a escolha das imagens pelo veículo e o recorte de realidade que essas imagens impõem, a relação desses recortes com a ideologia do veículo e com a leitura que será produzida a partir daí, resultando, como destaca Vogel, em uma multiplicidade de pontos de vista, que serão tanto mais diversos quanto mais

distante for a posição sujeito do leitor com relação à revista e, como leitor e publicação se distanciam no tempo.

2.4 JORNALISMO E INSTITUIÇÃO. *VEJA* E A CONSTRUÇÃO DE SI

Conforme Scalzo (op. cit.), *Veja* é hoje a revista mais vendida e mais lida do Brasil, o único título semanal de informação no mundo a desfrutar de tal situação. Em outros países, revistas semanais de informação vendem bem, mas nenhuma é a mais vendida. Lançada em 1968, nos moldes da norte-americana *Time*, *Veja* lutou com dificuldade, durante sete anos, contra os prejuízos e contra a censura do governo militar, até “acertar” sua fórmula. As vendas começaram a melhorar quando a revista passou a ser comercializada por assinatura, em 1971. Hoje, as assinaturas correspondem a 85% das vendas dos cerca de 1,1 milhões de exemplares semanais.

A revista *Veja* foi lançada no dia 11 de setembro de 1968, três meses antes da publicação do AI-5. A publicação da editora Abril situou-se no contexto da organização capitalista da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil, através da implantação definitiva do capitalismo. Ao menos era isso que dizia a carta do editor, publicada no primeiro número da revista e assinada por Victor Civita:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa ter informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja*. (SANTOS, 2014)

Atualmente a revista *Veja* figura como o periódico semanal com maior número de vendas no país¹, segundo o relatório de pesquisa quantitativa sobre os hábitos de informação e formação de opinião da população brasileira, de 2010. Segundo essa pesquisa, faz parte do público leitor de revistas 34,9% dos entrevistados e, mais da metade desse grupo, 50,4%, apontou a revista *Veja* como a revista que mais leem, sendo

¹ Dados referentes ao ano de 2010 do Relatório consolidado dos relatórios correspondentes às pesquisas: Hábitos de Informação das Regiões Norte e Nordeste, Hábitos de Informação das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, e Hábitos de Informação Região Sul. Governo Federal, Março de 2010.

que um em cada quatro leitores de revistas leem apenas a revista *Veja* (25,0%). Sendo assim, existem relevantes estudos sobre esse veículo de comunicação.

Franciscato (2005, p. 167) descreve como as funções da instituição jornalística, ao cumprir um papel social específico, não executado por outras instituições, se apresentam. “A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas.”

Quando observamos como a editora Abril, responsável pela revista *Veja*, diz sobre si, percebemos marcas que remetem a esse conjunto de funções jornalísticas. A Editora Abril afirma, (desde 1980): A Abril está empenhada em contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país.

No texto, é dado especial destaque ao aspecto cognitivo de informar, que aparecerá também nas missões da editora, colocando-se como instituição que promove qualidade de informação, com a solidez da tradição e capacidade de inovação no jornalismo que praticam.

Rey Morato (1988, p. 64 *apud* SCHWAAB, 2013) reflete que as instituições jornalísticas “emitem um fluxo informativo que tem uma primeira consequência social: essas instituições acabam legitimadas como emissoras das notícias que conformam um mundo alheio à experiência direta dos homens”. Os fluxos informativos são compostos a partir da relação entre as instituições jornalísticas e os demais sujeitos em uma dada formação social, devendo ser percebidos a partir dos lugares que as instituições atribuem a si e aos outros.

Do ponto de vista da Análise de Discurso, tal questão remete ao universo das formações imaginárias que estão presentes na prática jornalística. A posição que os sujeitos do campo ocupam e uma dada formação social condiciona “as condições de produção discursivas, definindo o lugar por eles ocupado no discurso” (Ferreira, 2005, p. 16). Assim, o que permeia todo o processo é uma identificação imaginária ao que é próprio da editora como instituição jornalística (mas também da indústria cultural),

partícipe de circuitos midiáticos mais amplos, ator com quem o jornalista e o próprio leitor, ao final, tomarão contato.

O que se vê materializado no discurso de uma publicação são efeitos de processos desencadeados pelas formações sociais, soma daquilo que organizam e que permitem a ilusão do que seria o real. Como elemento constitutivo do discurso, Pêcheux (1993) associa a formação social à noção de condições de produção, chamando atenção para espaços no qual relações de forças antagônicas se encontram e remetem diretamente ao espaço empírico no qual estão mergulhados os interlocutores ao dizer sobre si e sobre o outro.

Podemos olhar um pouco mais para os quadros e condições de produção fazendo uso de um exemplo: se tomarmos como objeto de estudo publicações da editora Abril, segundo Schwaab (2013), hoje um dos maiores grupos de comunicação da América Latina, poderemos recuperar elementos de uma atuação que teve início em 1950. O grupo é composto de diversas empresas². No mercado de revistas, desde 2008, a Editora vem publicando mais de 300 impressos por ano, com circulação que passa dos 180 milhões de leitores e quatro milhões de assinaturas.³ A maior parte dos títulos mensais lidos no Brasil é da Abril.

Em seu dizer sobre si, a Abril entende ter inaugurado “uma cultura jornalística brasileira em texto, fotografia, edição e produção”. As primeiras publicações da Abril foram revistas em quadrinho (HQs) de Walt Disney, uma novidade no Brasil da metade do século XX. Seus fundadores, de origem italiana, mas vindos dos Estados Unidos, chegaram ao país com os direitos autorais das HQs e com experiência editorial familiar. Desde o começo as revistas tiveram boa aceitação, e os quadrinhos Disney permitiram o crescimento gradual da empresa, servindo de apoio para novos lançamentos.

O segundo êxito editorial deu-se com a publicação, em 1952, da revista *Capricho*, de fotonovelas. Na mesma década, ainda vieram outros títulos do gênero, bem como outras revistas de personagens Disney. Porém, foi a partir da década de 1960 que a Editora ficou marcada por características jornalísticas e lançou revistas que ainda

² Editora Abril (revistas e periódicos), Abril Digital (abril.com e Abril no celular), canais de televisão segmentados (MTV, FIZ TV Canal Ideal) e um pago (TVA, em parceria com a Telefônica); internet (provedores UOL, BOL e Ajato), e no segmento de livros, as editoras Abril, Ática e Scipione, do braço Abril Educação.

³ Editora Abril (2012). Disponível em: <http://www.abril.com.br>.

hoje estão em circulação, diretamente associadas a um ou mais aspectos da modernização da sociedade brasileira naquele período, como *Quatro Rodas* (1960), dedicada ao segmento automobilístico; *Cláudia* (1961), direcionada ao público feminino; e *Veja* (1968), voltada para informação geral, além da extinta *Realidade* (1966-1976), um marco no jornalismo brasileiro. *Cláudia* se desenvolveu no processo de formação da chamada sociedade de consumo no País, enquanto *Quatro Rodas* coincidiu com o crescimento da indústria automobilística e do turismo; já *Veja* e *Realidade* acabaram por assumir um papel político-ideológico na vida do público-leitor (MIRA, 1999), como resposta editorial ao contexto social emergente – e, empresarialmente, como parte de um regime de concorrência mercadológica, modernização da indústria gráfica e incremento da publicidade no setor.

O processo inaugurado por editoras como Abril institucionalizou uma lógica empresarial mais amplificada e “profissional” na produção de revistas, que teve peso na estruturação de mercado de comunicação e informação e na introdução de uma série de aspectos jornalísticos no universo das publicações periódicas segmentadas no país. As últimas décadas serviram para lançamento de novas publicações, deixando á mostra, na relação entre editora e sociedade, o processo de codeterminação de novos nichos editoriais e novos públicos. Desse cenário histórico de configuração de publicações e/ou projetos editoriais, um certo “saber” sobre fazer revistas foi formado pela editora Abril. (SCHWAAB; TAVARES, 2013).

Uma das manifestações desse “saber fazer” aparece na arquitetura que organiza as publicações da *Abril*. Conforme o site da editora,⁴ os mais de 50 títulos de revistas atualmente editados estão organizados em 15 diferentes núcleos, sintoma de movimentos editoriais para a constituição de domínios discursivos para a sua produção jornalística, desde onde e para quem se fala: negócios, tecnologia, informação, consumo, comportamento, bem-estar, jovem, infantil, homem, casa e construção, celebridades, motor, esportes e turismo.

Apesar de autônomas, com faturamento e redação próprias, as publicações da Abril partilham das lógicas institucionais. Uma leitura discursiva dos espaços de carta ao leitor ou editorial permite inferenciais nesse sentido, ao discursivizar em suas páginas sobre aspectos institucionais.

⁴ Editora Abril (2012 b). Disponível em <http://www.abril.com.br/expediente>.

Apenas a título de exemplificação de como a *Veja* fala sobre si, no nosso entendimento - constrói um discurso favorável a si como se fosse indispensável à sociedade brasileira - apresentamos a seguir o editorial de *Veja* – denominado *Carta ao leitor* - da edição comemorativa dos 45 anos da revista, cuja circulação ocorreu em setembro de 2013:



VEJA. Capas sobre tortura em 1969, quando os militares proibiam o tema; com Fidel Castro em 1977, quando o Brasil não mantinha relações com Cuba; sobre a compra de votos no governo FHC; em 1997; e, em 2010, sobre a corrupção no governo do PT

HÁ 45 ANOS SEMPRE A FAVOR DO BRASIL

Procuramos homens e mulheres inteligentes e insatisfeitos, que leiam muito, sempre perguntem "por quê?" e queiram colaborar na construção do Brasil de amanhã", dizia o anúncio escrito por Roberto Civita e publicado meses antes do lançamento de VEJA, em setembro de 1968, em REALIDADE, CLAUDIA e QUATRO RODAS, revistas de grande circulação da Editora Abril. Foi assim que Roberto Civita, que morreu em maio passado, recrutou a primeira leva de jornalistas de VEJA.

Desde o número 1 até esse exemplar que você tem em mãos, edição extra que circula gratuitamente para assinantes junto à revista de número 2.340, os profissionais de sucesso de VEJA são homens e mulheres inteligentes e insatisfeitos, ávidos por leitura, que buscam entender o porquê das coisas, dispostos a cerrar fileiras a favor dos seus leitores e, como consequência, do Brasil.

Na fala com que se despediu do pai, Giancarlo Civita reverberou o espírito construtivo, de curiosidade permanente e de justiça que motivou o anúncio de 1968. Disse Giancarlo: "Durante toda a sua vida Roberto Civita mostrou em atos e palavras que

uma nação de verdade, viável e justa, não nasce ao acaso. Ela precisa ser construída. Ele tinha certeza de que as ferramentas para isso são a educação e a liberdade de expressão".

Esta edição comemorativa de 45 anos, magistralmente editada por Fábio Altman, redator-chefe de VEJA, secundado pelo jornalista Rinaldo Guimarães, é uma cápsula do tempo, quase meio século, com o registro essencial do espírito da revista. Estão aqui em cada página a coragem de contrariar unanimidades burras, o destemor e a transparência na exposição de seu ponto de vista e a obsessão pela qualidade editorial, pela notícia inédita e pela reflexão original.

Nada como o teste do tempo para perceber o real valor de uma revista. Só assim podem ficar patentes a constância, a firmeza de princípios e sua aplicação sob as mais adversas circunstâncias. Ao chegar a seus 45 anos de vida, VEJA pode se orgulhar de ter passado com louvor nesse teste.

Como exemplificam as capas que ilustram esta página, o relato de fatos que os governos prefeririam ver ocultos nos pôs em confronto com o poder em diversos momentos de nossa história. Em 1969, mesmo sob a censura dos militares, VEJA estam-

pou na capa uma reportagem sobre as torturas praticadas por extremistas imputes do regime. Em 1977, Cuba era uma ilha de mistério envolta em enigmas, e seu líder, Fidel Castro, personagem hostil ao governo brasileiro. Fidel foi capa de VEJA naquele ano. Em 1997, foi capa da revista o tropeço ético de um governo, de outra forma virtuoso, que deixou prosperar um esquema de compra de votos no Congresso visando à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Obedeceu à mesma linha de princípios a decisão de VEJA de publicar reportagens sobre corrupção no governo do PT, como esta de 2010, sobre a causada operação ilegal instalada no próprio Palácio do Planalto.

O ESPECIAL 45 ANOS revista 45 momentos cruciais, mostra como eles foram tratados pela revista e, com a ajuda de articulistas, sobressai suas consequências atuais. Foram escolhidas áreas a princípio, mas tudo se esclareceu assim que nos fixamos no critério de que só diários desoquem a fatos que mudaram a trajetória política, econômica, social, científica, cultural ou tecnológica do Brasil e do mundo. O resultado está em suas mãos. Boa leitura!

20 | SETEMBRO 2013 | VEJA ESPECIAL 45 ANOS

Nesse editorial torna-se visível a importância como intérprete da realidade que *Veja* dá a si, e como ela se posiciona frente a outras publicações, como um veículo com uma leitura *inteligente* dos fatos:

Esta edição comemorativa de 45 anos é uma cápsula do tempo, quase meio século, com o registro essencial do espírito da revista. Estão aqui em cada página a coragem de contrariar unanimidades burras, o destemor e a transparência na exposição de seu ponto de vista e a obsessão pela qualidade editorial, pela notícia inédita e pela reflexão original.

Nada como o teste do tempo para perceber o real valor de uma revista. Só assim podem ficar patentes a constância, a firmeza de princípios e sua aplicação sob as mais adversas circunstâncias. Ao chegar a seus 45 anos de vida, VEJA pode se orgulhar de ter passado com louvor nesse teste.

CAPÍTULO III- AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E SUA DISCURSIVIZAÇÃO PELA REVISTA VEJA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS – O IRROMPER DOS MOVIMENTOS DE JUNHO DE 2013

Neste capítulo, procuramos compreender a conjuntura histórico-social em que emergiram as manifestações de junho de 2013. Para tanto, recorremos a Orlandi (1999, p.158-159), quando escreve que todo o discurso deve ser referido às condições de sua produção⁵, ou seja, os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social constituem o sentido da sequência verbal produzida, isto é, o discurso.

Para essa autora, a noção de condições de produção é importante, pois são elas que caracterizam o discurso, o constituem e, como tal, tornam-se objeto de análise. Afirma que as condições de produção compreendem, fundamentalmente, os sujeitos e a situação, observando que a maneira como a memória (o interdiscurso) é acionada, também é constitutiva das *condições de produção -o que o é dito em outro lugar também significa em nossas palavras*.

Segundo Maria da Glória Gohn (2013), o conceito básico que dá fundamento às ações desse novo formato que tiveram as manifestações de junho de 2013, é o de Participação Cidadã. Gohn salienta a importância de destacarmos algumas características deste conceito porque ele fundamentou várias práticas civis que se desenvolveram no interior de estruturas estatais ao longo da primeira década do século XXI. A participação cidadã vai ao encontro da ênfase que passou a ser dada à participação institucionalizada, normatizada, que apresentou claros sinais de esgotamento no início da década que vivemos (de 2010 em diante) e ajudam a compreender o retorno das manifestações civis nas ruas, em Junho de 2013.

Na Participação Cidadã, a categoria central deixa de ser a comunidade ou o povo e passa a ser a sociedade. O perfil do militante dos movimentos sociais se alterou e as

⁵ Orlandi (1999, p. 30-34), ao tratar das condições de produção, explica a distinção entre condições de produção em sentido estrito (circunstâncias da enunciação - contexto imediato) e condições de produção em sentido amplo (contexto sócio-histórico, ideológico).

teorias estão a exigir dos que se detêm a estudar essa temática, explicações mais consistentes. A partir da crise financeira de 2008, uma nova etapa das lutas sociais tem lugar em várias partes do mundo. São os movimentos denominados de *indignados*, contra políticas estatais, contra as prioridades de escolhas dos dirigentes políticos e contra os políticos em geral, que estão cada vez mais desacreditados. No Brasil, a emergência deste novo ciclo eclodiu em Junho de 2013 - embora estivesse presente pontualmente ao longo de toda a última década. Esta nova etapa se constrói aliando às antigas pautas de demandas por bens e serviços públicos - como transporte, saúde, educação e segurança-, a uma forte demanda pela ética, contra a corrupção. As manifestações são organizadas via redes sociais e o uso de inovações tecnológicas das novas mídias, são utilizadas no chamamento de grandes massas populacionais para as ruas de várias cidades do Brasil. As vozes das ruas passaram a ser novos termômetros de demandas da sociedade civil.

Desse modo, na contemporaneidade, novas formas de organização de massa surgem através das redes sociais. Os movimentos sociais não se articulam, prioritariamente, através de lugares convencionais como sindicatos, diretórios acadêmicos etc. – transferem, como uma característica da contemporaneidade, os lugares de fazer política para o âmbito da Internet, nas suas mais diferentes redes. Isso foi possível constatar nas manifestações de junho de 2013, quando jovens, por meio da Internet, organizaram-se nos mais diversos grupos, como as páginas do Facebook *Mobilizados*, *O Brasil nas ruas*, *O gigante acordou*; mas principalmente por meio do compartilhamento de notícias feitas através de cobertura alternativa – como o mídia Ninja - e também por vídeos e imagens produzidos pelos próprios participantes do movimento, denunciando abusos de poder por parte da polícia, com a conivência do Estado, principal fator agregador de mais manifestantes às ruas.

Esses movimentos iniciaram em Porto Alegre e tiveram como estopim o aumento da tarifa de ônibus. Esse aumento também havia ocorrido em várias capitais e em cidades que, a partir do movimento de Porto Alegre, também viram eclodir manifestações em suas cidades. Enfim, o movimento espalhou-se por praticamente todo o país. Aliado ao Movimento Passe Livre, outros grupos saíram às ruas com reivindicações de toda ordem. Ou seja, os protestos se massificam, incorporando outras pautas: como o direito à liberdade de expressão; contra o abuso de autoridade policial; contra a corrupção; contra os investimentos bilionários na Copa do Mundo de 2014;

contra a homofobia etc. Enfim, movimentos que, aos moldes da primavera Árabe⁶, clamavam por mudanças dos mais diferentes matizes.

Peruzzo (2013, p. 78-79) contextualiza os movimentos ocorridos em junho da seguinte forma:

Expressam um esgarçamento no caráter de classe. Não se trata somente de um movimento de esquerda, muito menos só dos setores tradicionais de representação política. Até o repúdio a partidos políticos de esquerda roubaram a cena em alguns momentos nas manifestações de junho e julho. No conjunto, houve uma mescla de segmentos de classe e de tendências político-ideológicas: de esquerda, liberais, conservadores, grupos com conotação, gente que quer mudar o Brasil, gente que apenas aderiu e participou, mas sem saber bem o porquê ou, como lembra Chauí (2013), o fez apenas para sair de casa. Enfim, os protestos de junho de 2013 – momento em que tiveram maior adesão – expressaram o heterogêneo.

No mesmo texto citado por Peruzzo, Chauí destaca como principal diferencial dessas manifestações o fato de terem sido amplamente divulgadas e convocadas nas redes sociais. Nas palavras da filósofa: “Eu acho que o que muda pura e simplesmente é o fato de que pela primeira vez em lugar de tocar o bumbo, tocar corneta, os meninos usaram o Twitter, a rede social, eles usaram essa forma imediata e amplíssima de convocação.”

Partindo do que dissertam Peruzzo e Chauí, podemos entender as manifestações de junho como um fato totalmente novo dentro da realidade política do Brasil, pois, além congregar pessoas oriundas de várias classes sociais, que saíram às ruas pelos mais diversos anseios, (vinculados também a diferentes FDs), outro diferencial dessas manifestações foi seu alastramento “efeito dominó”, que acabou por levar às ruas todas as indignações que há anos se murmuravam no trabalho, nas casas, nos barzinhos e filas de ônibus.

Entretanto, com a mesma rapidez com que efervesceram, essas manifestações se dissolveram sem angariar grandes conquistas. Então nos perguntamos: Por que, após

⁶A primavera Árabe foi um movimento que buscava mudanças de rumos e de pensamentos na população árabe que, submetida a regimes ditatoriais e opressores, clamava por um sistema democrático.

demonstrar tanta força, de fazer com que os municípios vetassem o aumento da tarifa de ônibus e, depois de derrubar a PEC 37 (Proposta de Emenda Constitucional que retirava os poderes de investigação criminal do Ministério Público), esses movimentos se dissolveram, se tantas eram as motivações - contra a corrupção, a necessidade de reforma política, a melhoria no atendimento à saúde pública, contra a Federação Internacional de Futebol (FIFA) pelos custos e os impactos causados com as obras em função da Copa do Mundo de Futebol de 2014- entre outras?

Outro questionamento que achamos pertinente levantar aqui é sobre a adesão inicial que se deu ao movimento, quando a pauta ainda era o aumento do valor das passagens. Se em anos anteriores, 2005, 2006, 2010, 2011, etc., o MPL já havia convocado atos contra o aumento da tarifa, por que não houve grandes adesões a esses atos? Seria junho de 2013 fruto da intensa presença das redes sociais virtuais na vida das pessoas?

Por mais que os manifestantes tenham deixado as ruas, os reflexos de junho de 2013 foram sentidos, principalmente, pela postura que os governantes passaram a ter frente às manifestações que, conforme Peruzzo (Op. cit., p. 82), “[...] passou a haver respeito à força das ruas, como foi o caso da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, ao declarar à nação em cadeia nacional de rádio e TV que estava escutando o clamor das manifestações, que tinha entendido o recado das ruas e considerava as reivindicações pertinentes.”

Ainda sobre junho de 2013, Singer (2013) levanta algumas hipóteses interpretativas, às quais consideramos bastante pertinentes. O autor argumenta que houve três momentos nas manifestações, com três demandas diferentes. Ele acredita que na primeira etapa havia um objetivo definido: conseguir revogar o aumento da tarifa de transporte e disseminar a defesa do passe livre. O segundo momento, conforme o autor, teve início com o uso desmedido da força policial, que, através da disseminação de imagens e vídeos que retratavam a violência da polícia para com os manifestantes - outras frações da sociedade entraram espontaneamente em cena, “multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas”. Ou seja, esses novos manifestantes, que saem às ruas pelo direito de protestar e contra a repressão, aproveitam o momento para inserirem pautas que já estavam os incomodando há muito tempo e com a viralização das manifestações, encontram momento propício

para expor suas demandas. Nessa segunda etapa das manifestações, os números se avolumaram significativamente: “de milhares, as contas de gente na rua passam a centenas de milhares”.

Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 de junho até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos (redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.). Singer considera essa terceira fase do movimento como a mais representativa da fragmentação ideológica e de classe, com a massiva inserção da classe média nas manifestações.

Singer explica que houve dois pontos de vista sobre a composição social das manifestações: um primeiro que considera a classe média como a principal composição das manifestações; e um segundo que identifica uma forte presença do precariado “a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho”. No entanto, a partir da análise de dados de pesquisas disponíveis, o autor levanta uma terceira hipótese - com base nos dados levantados em institutos de pesquisa e estatística, como o Datafolha e o IBOPE. Sua hipótese é a de que a composição de classe que estava presente nas manifestações possa ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional, quanto um reflexo daquilo que o autor prefere denominar de *novo proletariado*, mas cujas características se aproximam, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. Sobre pesquisas que consideram a classe média como a representante majoritária das manifestações de junho, Singer explica que, se somarmos os dados das pesquisas sobre os manifestantes que possuíam diploma universitário e os que estavam cursando a universidade, chega-se a uma cifra de quase 80% dos manifestantes de São Paulo em 17 e 20 de junho, assim como de Belo Horizonte – nesta capital chega-se a quase 70%. Entretanto, se utilizarmos a renda como critério para se compor uma panorama de classe dos manifestantes, teremos um cenário diferente.

Segundo os dados disponíveis, 15% dos manifestantes possuíam renda familiar mensal de até dois salários mínimos em oito capitais e 20% em Belo Horizonte. Se os somarmos aos que tinham entre dois e cinco salários mínimos familiares mensais, que

estão dentro do que os institutos de análises econômicas consideraram baixo rendimento no Brasil, no conjunto, *respondiam por cerca de 50% dos manifestantes*.

Em outras palavras, uma parte substantiva estava na metade inferior da distribuição de renda, criando um contraste em relação à imagem que havia sido sugerida pela escolaridade, dimensão na qual a quase totalidade dos manifestantes encontravam-se inseridos na classe média, se levássemos em conta somente o critério escolaridade, pois possuíam diploma superior ou estavam cursando uma universidade.

Singer salienta que os dados analisados por ele, levam-no a seguinte equação: Enquanto ao olhar por escolaridade vimos uma acentuada presença do topo da escala social, remetendo para a classe média tradicional, do ângulo da renda e da ocupação que se pode deduzir dela, as pesquisas apontam uma incidência expressiva da metade inferior da pirâmide nas manifestações. Seria a confirmação de que o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores foi para as ruas. Se considerarmos que a maioria dos manifestantes era jovem, tendo entrado recentemente no emprego —, o Ibope mostrou que 76% dos manifestantes estavam no mercado de trabalho nas oito capitais, a Innovare encontrou proporção parecida em Belo Horizonte (71%) e a Plus Marketing no Rio de Janeiro (70%) —, a hipótese torna-se plausível.

Mas, Singer defende que talvez junho de 2013 seja mais bem compreendido se olharmos para o centro, nem para direita e nem para a esquerda ideológica. Como já vimos, o autor defende que os acontecimentos de junho podem ser divididos em três fases. O Movimento Passe Livre (MPL) foi o fio condutor ideológico da primeira. Para o MPL, “as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue a lógica da mercadoria”. A qualquer bom entendedor fica claro que, do ponto de vista do MPL, a briga contra as tarifas de transporte são um modo de lutar contra o capitalismo, o sistema que se rege pela “lógica da mercadoria”.

Só que as tendências de centro e direita “pegaram carona” na corrente deslanchada pela nova esquerda. Os “caronistas” foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo. Singer, p. 34, interpreta o fenômeno de classes ocorrido durante as manifestações: “setores de classe media de centro e de direita intuíram que havia ali uma oportunidade para expressar um mal-estar difuso com a situação do país”.

O autor destaca que uma pesquisa realizada pelo Datafolha quando começavam os protestos 6 e 7 de junho) já detectara que entre os eleitores com renda mais alta a

avaliação positiva do governo Dilma Roussef caíra de maneira acentuada, descendo de 67% em março para 43% três meses depois. Aparentemente, o chamado do MPL, que se dirigia, sobretudo, aos jovens proletários caiu “nos ouvidos irritados da classe média”. Mas irritados por quê?

O instituto Vox Populi, que apresentou outra pesquisa quatro dias depois do Datafolha, indicou que metade da amostra se dizia muito preocupada com a inflação. Embora diverjam em quase tudo, economistas de diversas tendências estavam de acordo em que tinha havido um fenômeno, talvez tópico, mas de alguma relevância, no campo do aumento de preços nos meses anteriores. Para o ex-ministro tucano Luiz Carlos Mendonça de Barros, as majorações no varejo, ou seja, aquelas que efetivamente impactam o bolso do consumidor chegaram a rodar em torno de 10% nos primeiros meses de 2013. No outro canto do ringue, o economista Marcio Pochmann, do PT, afirmava que, para os de renda superior, a carestia seria ainda maior, pois a sua cesta de consumo seria dominada pelos serviços, que subiram mais.

Assim, a aceleração do custo de vida para os setores médios nos meses que precederam as manifestações poderia explicar, em parte, a insatisfação que acabou por se expressar nas ruas em junho. De acordo com Singer, somente a inflação não teria potencial para fornecer o combustível dos protestos, mas ela pode ter potencializado as inúmeras críticas que os setores médios, tanto à esquerda quanto à direita, faziam ao lulismo, já aguçadas pelas difíceis condições de vida urbana, em particular nos quesitos mobilidade e segurança.

O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí um viés *oposicionista* que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais. Corroborando essa interpretação, Singer destaca que, no dia 18 de junho, durante a quinta manifestação em São Paulo, um grupo com características que se pareciam com as da extrema-direita destacou-se da multidão e tentou depredar a prefeitura de São Paulo, dirigida por um político do PT apoiado diretamente por Lula na eleição de 2012. Abandonado pela polícia, o centro velho paulista foi saqueado por naquela noite, lembrando cenas dignas das manobras fascistas do século XX.

Na mesma noite, no Rio de Janeiro, teve início uma campanha contra o governador do estado e o prefeito da cidade. Ao mesmo tempo bandeiras brasileiras

passaram a ser elemento constante, ao lado de cartazes por menos impostos. A direita buscou tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção. Singer salienta que, no Brasil, esse retorno à elementos nacionalistas e o apelo anti-corrupção sempre foram os argumentos mais utilizados pelos segmentos mais conservadores, e o objetivo quase único da direita, nesta quadra, e opor-se ao governo federal, tirando o PT do poder e, se puder, impedindo-o para sempre de voltar. Singer destaca na página 35, que:

Como a corrupção e um fluxo de transações indevidas entre os bens públicos e os interesses privados, os governos, enquanto gestores da riqueza coletiva estão constantemente no centro das denúncias. Acrescente-se que o chamado mensalão, cujo julgamento, amplamente televisionado, ocorrera seis meses antes da explosão, pode ter tido efeito sobre os acontecimentos de junho, mobilizando uma fração que viu no chamado do MPL para ir às ruas a oportunidade de colocar em pauta um assunto profundamente entalado na garganta.

O autor salienta que a vantagem da bandeira anticorrupção e que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios.

Em todo caso, o “rouba, mas faz” - com o qual se procurou caracterizar nos anos 1940 a ação de Adhemar de Barros - tem servido, mais ou menos sutilmente, para enquadrar o lulismo. Ao mesmo tempo, a direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se a corrupção fosse varrida para fora da sociedade, haveria recursos para todos viverem bem. Tratava-se de um argumento falacioso, mas intuitivo.

É possível que, na ânsia de atingir o governo federal e o PT, erigidos em inimigos número um, a direita tenha apostado no “que se vayan todos” – estratégia de manifestações utilizadas na Argentina - mesmo com algum prejuízo a administrações dirigidas pelo PSDB. A depredação da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, para onde se desloca, a partir da noite de 17 de junho, a centralidade antes posta em São Paulo, talvez se assemelhe a uma estratégia do tipo argentina, em 2001, embora não haja comprovação de quem tenha sido a responsabilidade daquele ato. Vale observar, de passagem, que o uso sistemático da violência, seja pela polícia, seja por manifestantes, tornou-se uma rotina de junho em diante, sem que se conheça, exatamente, de onde vem e por que prosperam tais posturas.

Indo no contra-fluxo das manifestações anticorrupção, encabeçadas pelas classes média e média alta, as manifestações ganharam conotação popular à medida que

apareceram as palavras de ordem contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, sobretudo nos locais em que ocorreram os jogos da Copa das Confederações. O designado, por alguns pesquisadores, “branqueamento” dos modernos templos do futebol construídos para 2014, cujos ingressos ficaram inacessíveis aos “morenos”, isto é, o grosso da população, parece ter ocasionado uma justificada revolta nas classes mais desfavorecidas.

Com a crítica aos dispêndios para o calendário esportivo, entrava em cena uma segunda bandeira de esquerda, após a da redução das tarifas. Afinal, o que está em jogo é a destinação de dinheiro público para construir estádios luxuosos e rendosos em termos de negócios, mas depois pouco úteis, em um país onde os pobres não têm esgoto, atendimento médico, transporte aceitável, segurança pública e, também, para cúmulo da ironia, passaram a ser excluídos do futebol, o esporte mais popular do país. Não por acaso, defende Singer, no dia 19 de junho, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto, juntou gente nas periferias sul e leste de São Paulo para protestar “contra o aumento do custo de vida e contra o preço da Copa do Mundo, que é paga pelos trabalhadores”.

A ascensão de lutas nas metrópoles era previsível. A elevação da temperatura nos centros urbanos estava clara pelo menos desde a última campanha eleitoral (2012), em que com poucas exceções as capitais elegeram prefeitos de oposição, qualquer que fosse a orientação partidária do mandato que se encerrava⁷. Segundo o mesmo autor, o reformismo fraco que caracteriza o lulismo encontra mais dificuldade para avançar em contextos hiperurbanizados, pois aí as mudanças custam caro e/ou implicam confrontos de classe, que não fazem parte do modelo. Além disso, de acordo com a arquiteta Ermínia Maricato (MARICATO, 2013, p. 24), nos últimos anos os “despejos violentos foram retomados”, vitimando a população pobre, e “os megaeventos — como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, entre outros — acrescentam mais lenha nessa fogueira”. Em outras palavras, a ocorrência, naquele momento, da Copa das Confederações constituía ótima chance para levantar o problema das persistentes desigualdades cidadinas.

A partir do acima exposto, concordamos com Singer, quando ele defende que a direita trouxe para a segunda fase das manifestações o problema da corrupção e a esquerda, o das injustas condições de vida urbana, produzindo um cruzamento

⁷ Sobre as eleições municipais, e a preferência à candidatos não petistas, Singer já havia discorrido em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo: SINGER, André. *O alerta das metrópoles*. Folha de São Paulo, Caderno Especial Eleições, 29/10/2012, p.2.

ideológico. Mas, o autor defende, que o realmente novo foi a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, protestando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. O centro, disserta Singer, acabou funcionando como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas. A única condição para que pudesse levar adiante tal operação aditiva foi a de não transformar a reivindicação de hospitais e escolas “padrão FIFA” em um verdadeiro combate ao capitalismo, como quer a esquerda, nem a perseguição aos corruptos, em uma obsessão vingativa à esquerda, como propõe a direita.

Sobre o poder do centro, Singer explana com veemência:

O centro dispõe da possibilidade de encampar as duas bandeiras sempre que apareçam como o reflexo de uma sociedade moderna em confronto com um Estado envelhecido. Ao enfocá-las desse modo retira o potencial de confronto *dentro* da sociedade que as palavras de ordem podem ter. [...] Em essência, o centro que se expressou nas ruas do Brasil a partir da segunda, 17 de junho, podem ser caracterizados como pós-materialista, nos termos do cientista político Ronald Inglehart. Para Inglehart, à medida que as sociedades vão resolvendo os seus problemas materiais ocorre uma mudança de valores, os quais passam gradativamente daqueles que enfatizam “a segurança econômica e física” para aqueles que ressaltam “a autoexpressão e qualidade de vida”. Seria uma transição intergeracional, realizada conforme os que já são socializados em um ambiente de classe média, livres do fardo material das gerações anteriores, vão se tornando maioria, provocando mudança profunda na maneira de enxergar a política por parte dos cidadãos.

Um bom exemplo da transição pós-materialista aplicada ao universo brasileiro pode-se encontrar na análise dos acontecimentos de junho produzida pelo economista Andre Lara Resende⁸, um dos intelectuais mais próximos da ex-senadora Marina Silva. Para Resende, as manifestações foram expressão da insatisfação com um Estado que teria se tornado um inútil “sorvedouro de recursos”. A transformação subjacente de valores na sociedade aparece caracterizada da seguinte forma por Resende: “A relação entre renda e bem-estar são claramente percebidas até um nível relativamente da hierarquia social, capaz de atender as necessidades básicas da vida. A partir daí, o aumento do bem-estar está associado ao que se pode chamar de qualidade de vida, cujos elementos fundamentais são o tempo com a família e os amigos, o sentido de comunidade e confiança nos concidadãos, e a ausência de estresse emocional”.

Em outras palavras, os protestos teriam evidenciado a existência de uma nova agenda e de uma nova postura que são típicos do que Inglehart chama de pós-

⁸ RESENDE, Lara. *O mal-estar contemporâneo*. Valor, 05/07/2013.

materialismo. Considerando a majoritária participação do centro, Singer defende que a segunda fase não teria representado uma apropriação do movimento pela direita, mas uma muito mais sutil ressignificação por parte de um centro pos-materialista. Por meio dela, tanto os “hospitais padrao FIFA” como as “punições exemplares aos corruptos” passaram a simbolizar a “modernização do Brasil”.

Pensamos ser bastante plausível a hipótese do autor, de que um centro pós-materialista possa ter formado o eixo da segunda fase dos acontecimentos de junho, hipótese que se sustenta nos dados disponíveis sobre o perfil ideológico dos manifestantes. Nesses dados, não apenas o centro é a posição individualmente majoritária, mas, se considerarmos que a centro-esquerda e a centro-direita podem ser vistas como parte de um centro ampliado, chegaremos a que perto de 70% dos participantes giravam em torno de posições centristas. Faz sentido pensar que esquerda e direita se encontraram no centro ao cruzarem, em sentidos opostos, as avenidas do país.

A forte presença de uma jovem classe média nas manifestações, é compatível, defende Singer, com a ideologia de centro que acabou por ser dominante no auge do movimento. Porém entender como soaram para o novo proletariado, também presente nas manifestações, as posições pós-materialistas talvez seja uma das mais interessantes perguntas que ficam dos acontecimentos de junho. Segundo o raciocínio que vem sendo desenvolvido - sobre uma agenda pós-materialista – aos trabalhadores de baixa renda ainda está posta uma agenda materialista, diante da qual esquerda e direita tem respostas nítidas: mais Estado, de um lado, e mais mercado, de outro. O centro, por sua vez, tenta escapar do dilema por meio do recurso a “maior participação social”, proposta da qual, em tese, ninguém discorda, mas que colocada fora do conflito distributivo só interessa a quem já está com seus problemas materiais resolvidos.

Como é fácil notar, há pouca proximidade entre as “madames vestidas a caráter e cheias de balangandas, segurando cartazes sobre o ‘fim da corrupção’ e fazendo propaganda de um endereço no Twitter” observadas pelo diretor do Vox Populi, Marcos Coimbra, nas TVs que mostravam a Copa das Confederações e os “trabalhadores jovens, inseridos em precárias condições de trabalho, além de sub-remunerados” que manifestaram insatisfação nas ruas⁹. Por que, então, os segundos seriam arrastados pela ideologia das primeiras?

⁹ COIMBRA, Marcos. *O sentido das manifestações*. <www.voxpopuli.com.br>, acessado em 30/10/13.

Singer argumenta que as madames de balangandas talvez sejam a base da direita e não do centro. Para exemplificar as diversas relações, alianças e dissensos que ocorreram nas manifestações de junho de 2013 entre as classes sociais e ideologias políticas, trazemos uma situação relatada pelo cientista político Henrique Costa¹⁰, ocorrida em uma estação de metro e trem de São Paulo durante a mobilização de 17 de junho. Enquanto um grupo de jovens da periferia promovia uma espécie de “passe livre já” por meio do “pula catraca”, jovens de classe média gritavam para eles: “sem vandalismo, sem vandalismo”. A julgar pela história narrada, houve uma tensão latente, às vezes transbordante, entre as duas camadas sociais que marcaram as manifestações.

No entanto, é possível que, embora objetivamente distante, o universo da classe média pós-materialista seja alvo de desejo de jovens que começam a se mover naquela direção por meio da elevação educacional. Segundo a sociologia quando não existem fortes subculturas de classe em ação, os indivíduos podem desenvolver identificações com o lugar social para o qual querem ir e não com o terreno de onde vem. Também podemos relacionar essa possível identificação ocorrida entre os novos-proletariados com a classe média, com os funcionamentos discursivos trabalhados por Pêcheux (1975) *apud* Zoppi-Fontana (p. 257-258), os quais ele denominou *mito continuísta empírico-subjetivista*.

O autor descreve esse mito através de uma tabela na qual aparecem representadas as diferentes “cenas do conhecimento”, começando pela relação imediata do eu (sujeito singular) com o concreto (objetos sensíveis) em uma situação discreta (vejo/aqui/agora), para passar por diversos movimentos de abstração que permitem na segunda cena uma discrepância suturada pela identificação intersubjetiva (eu/tu; aqui/agora/passado/em outro lugar; vejo/disseste); na terceira cena subsumir as tomadas individuais em um espaço de apagamento da individualidade que permite a generalização do senso comum (disseram-me <eles/x>/passado/em outro lugar); para culminar na última cena no apagamento de toda subjetividade, produzindo a sobreposição de objeto e sujeito de conhecimento no regime da indeterminação universal (qualquer um/sempre/em todo lugar) enquanto garantia de conhecimento verdadeiro. Ainda interpretando o mito, Pêcheux (1975) afirma que “o continuísmo subjacente à oposição situação/propriedade se apóia sobre *o processo de identificação* (“se eu estivesse onde tu (você)/ele/x se encontra, eu veria e pensaria o que

¹⁰ COSTA, Henrique. *O presente e o futuro das jornadas de junho*. Carta Maior, 11/08/2013, <www.cartamaior.com.br>, acessado em 24/09/2013.

tu(você)/ele/x vê e pensa”))” e acrescenta que “o imaginário da identificação mascara radicalmente qualquer descontinuidade epistemológica” (*op.cit.*, p.128).

Trouxemos à tona essa formulação teórica de Pêcheux para tentar entender por que, em muitos momentos das manifestações, as demandas das diferentes classes, se tornaram muito semelhantes, fazendo com que os novos-proletários, (conceito anteriormente desenvolvido), defendessem bandeiras das classes mais abastadas. Acreditamos que o funcionamento do *mito continuísta empírico*-subjetivista pode nos auxiliar na compreensão do que ocorreu em junho de 2013.

Segundo a pesquisa do Ibope, realizada na noite de 20 de junho, as três principais reivindicações, relatadas pelos manifestantes entrevistados, foram, em primeiro lugar, a mudança do ambiente político, tendo sido mencionada por 65% dos presentes, com 50% fazendo referência especificamente à corrupção; em segundo lugar a questão do transporte, com 54% das respostas, e em terceiro, os gastos com a Copa, com 40%. Seria interessante pesquisar, no futuro, se houve alguma associação entre essas opções, a escolaridade e a renda dos entrevistados.

Com as evidências atuais não é possível afirmar para que lado pendeu o novo proletariado. Tanto pode ter havido uma compreensão de que os problemas postos só poderão ser resolvidos com gastos sociais do Estado, como pensa a esquerda, quanto uma adesão a noção contrária, defendida pela direita, de que só o combate a corrupção (da esquerda) pode levar a uma maior produção de riqueza. Mas também é admissível ter havido uma simpatia pela ideia de que a solução dos problemas sociais brasileiros passa por maior participação social e uma redução do Estado, como quer o centro pós-materialista. Até mesmo uma divisão entre as três correntes é imaginável. Entretanto, como podemos observar no quadro abaixo, Datafolha apud Singer (2013, p. 38)¹¹, no auge das manifestações as diversas correntes ideológicas estavam juntas nas ruas.

Apesar da expulsão simbólica da esquerda partidária da Avenida Paulista (talvez por grupos de extrema-direita sob silêncio de manifestantes de centro), na noite da quinta, 20 de junho, onde tudo havia começado duas semanas antes, a esquerda social lá

11

Localização dos manifestantes no espectro ideológico.
Sao Paulo, 20/06/2013

Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	Não sabe
22%	14%	31%	11%	10%	13%

Fonte: Datafolha.

permaneceu, representando uma parcela significativa, embora não majoritária, do protesto. Da mesma maneira, havia uma direita, a qual, contudo, era bem menor do que fizeram pensar as primeiras impressões a respeito do acontecido. O centro, por sua vez, predominava do ponto de vista numérico e, como buscamos sugerir, cultural. Concordamos com Singer quando ele defende que, descobrir como o novo proletariado reagiu ao estranho cruzamento ocorrido, ajuda a entender melhor o significado profundo dos acontecimentos de junho, entretanto só nos restam hipóteses, já que os dados sobre classe, renda e escolaridade divergem ao longo do percurso das manifestações.

Seção I – Sobre a metodologia

Segundo Pêcheux, ao analista de discurso cabe realizar “descrições regulares de montagens discursivas para detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (1990, p. 57).

É nessa perspectiva que Orlandi (1999, p. 63) explica que a construção de montagens discursivas deve obedecer a critérios decorrentes de princípios teóricos da AD, que, face aos objetivos da análise, permitam chegar à compreensão de como um discurso funciona produzindo alguns sentidos e não outros.

Tendo isso presente, entendemos que estabelecer os procedimentos metodológicos implica teorizar, uma vez que em AD, não se tem um modelo estabelecido *a priori* que se seja automaticamente possível aplicar a todo e qualquer discurso, pois a metodologia se constitui como um dos momentos da análise. Em termos metodológicos, trabalhamos com "fatos discursivos" e não com "dados linguísticos".

Diante disso, pode-se dizer que a escolha da metodologia a ser utilizada na análise de um discurso específico liga-se diretamente à própria análise. Por isso, os procedimentos metodológicos a serem aqui utilizados já são fruto da reflexão sobre o *corpus* da pesquisa. Na verdade, em AD, metodologia e constituição do *corpus* são aspectos profundamente imbricados. Pode-se dizer que, diante de um fato discursivo e de um "certo objetivo", o analista de discurso deverá constituir o *corpus* através da

reflexão teórica sobre os conceitos pertinentes ao objetivo da análise (CAZARIN, 1998, p. 64-65).

Os procedimentos de análise, como salienta Zoppi-Fontana (*Op. cit.*), devem se firmar numa concepção de *corpus* que considera tanto as determinações da história sobre os processos discursivos quanto os efeitos do gesto analítico do pesquisador na seleção, coleta, organização e exploração dos materiais em estudo. No caso de nosso estudo, priorizamos em primeiro plano a seleção de sequências discursivas extraídas das capas, e num segundo momento, as marcas linguísticas presentes nas reportagens especiais da revista *Veja* – edição do dia 19 de junho de 2013; e a segunda, publicada na semana seguinte, 26 de junho de 2013, que sinalizassem alguma pista sobre a FD defendida pelo veículo.

As reportagens escolhidas para o estudo foram selecionadas a partir da observação do índice das duas edições acima referidas. Verificamos que, no índice da edição 2326, há uma única reportagem sobre as manifestações, cuja chamada é *O que leva os manifestantes às ruas*, e é classificada dentro da seção *Geral*, sob a categorização de reportagem *Especial*. Na edição 2327, temos uma edição bastante diferente: no índice há uma seção em destaque chamada *Especial* em que estão agrupadas nove reportagens sobre as manifestações.

Escolhemos analisar uma reportagem da edição 2327 assinada pelas mesmas articulistas da edição anterior, com o intuito de verificar se havia manutenção ou mudança do modo como operam as designações em uma e em outra edição e se seria possível perceber deslocamentos ou permanências dos efeitos de sentidos entre a primeira e a segunda reportagem.

As sequências discursivas foram destacadas de acordo com a relevância e a representatividade das marcas discursivas para compreender os possíveis efeitos de sentidos gerados. Assim, entendemos poder descrever nossas análises no decorrer dos três recortes discursivos que compõem a Seção II deste capítulo. Os mesmos são assim nomeados:

Recorte discursivo I – Os sete dias que mudaram o discurso da *Veja*

Recorte discursivo II – O Movimento Passe Livre que ser *pop star*?

Recorte discursivo III – O movimento de junho de 2013: acontecimento discursivo ou enunciativo?

Seção II- As análises

Reiteramos que, nas análises, tentamos responder as seguintes questões norteadoras: 1. As capas em pauta estariam funcionando como formadoras de opinião e sinalizadoras do posicionamento ideológico da revista? 2. Ocorre ou não manutenção do posicionamento discursivo entre os editoriais, bem como entre as duas reportagens no espaço-tempo de publicação das duas edições? 3. Como em um período exíguo de sete dias, *Veja* (re)significa seu discurso em relação a esse movimento e que efeitos de sentido aí se produzem? Como a revista *Veja* caracteriza o Movimento Passe Livre e como se utiliza da ironia para descaracterizar os objetivos do mesmo? E, entendendo os movimentos de junho de 2013 como um acontecimento histórico, nos perguntamos: o mesmo se constituiu como acontecimento discursivo ou enunciativo?

É isso que procuraremos responder a partir dos recortes a seguir apresentados.

Recorte I - Os sete dias que mudaram o discurso da *Veja*

Analisamos, neste item, como as capas e as manchetes das edições de *Veja* em análise, constroem os discursos e antecipam a opinião que irão expressar nas reportagens, já demarcando de antemão aos seus leitores, o posicionamento ideológico que irão expressar nas reportagens.

Escolhemos analisar as capas por entendê-las como responsáveis por despertar o interesse do leitor para a compra da revista. Segundo Scalzo (2013) “a capa precisa ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor”. Entretanto, as capas transmitem posicionamentos, não apresentando somente essa função de “fisgar” leitores. É sobre esses posicionamentos ideológicos, filiados a formações discursivas específicas que trataremos nesse trabalho.

A partir do que denominamos de condições de produção, reiteramos o fato de que, por ser uma revista semanal, *Veja* possui um caráter mais interpretativo e

opinativo. “Esta característica das revistas semanais, a meu ver, torna-as particularmente estratégicas para o estudo das ideologias [...]” (VERÓN, 2004, p.93)

Observemos as seguintes capas:



Capa do dia 19/06/2013

Capa do dia 26/06/2013

É perceptível o contraste visual entre as duas publicações, tanto com relação à escolha das imagens quanto com relação às manchetes. Ressaltemos o fato de que a edição do dia 26 de junho vem com a chamada, em letras garrafais, no cabeçalho da página, anunciando que aquela edição se trata de uma “Edição Histórica”.

De agora em diante, denominaremos as capas de Capa 1 e Capa 2. É importante não esquecermos que as capas em análise são relativas ao desenrolar de um mesmo fato - as manifestações iniciadas no mês de junho - que cobriram praticamente todas as grandes cidades do país.

Em primeiro plano, visualizamos na Capa 1, a imagem da propagação de um fogo, decorrente, aparentemente, do efeito da explosão de alguma bomba ou do efeito de algum material em combustão, como pneus. Em um segundo plano, temos a imagem de uma porta ou janela, provavelmente de algum estabelecimento comercial, com a escrita - em vermelho - do enunciado “contra o aumento”, que se encontra escrito aspeado e sublinhado, aparentemente escrito com uma caneta de ponta grossa, usada para escrever em quadros brancos, ou com batom. Podemos observar, também, que se encontra refletida no vidro da janela ou porta, a cor preta, o que nos leva a interpretar que a foto foi tirada à noite. O restante do fundo da imagem da capa da revista também está com a cor preta e o logo da revista foi grafado na cor vermelha - assim como a

inscrição “contra o aumento”- e está posicionado no canto direito da capa. No topo da capa há pequenas chamadas para outras matérias que a revista aborda - a matéria do canto esquerdo sobre saúde e matéria do canto direito é a chamada para uma matéria *exclusiva* sobre o fato de quatro agentes da Abin terem sido presos, naquela semana, por espionar o governador de Pernambuco do período, Eduardo Campos.

Se analisarmos a imagem da capa, sem atentarmos para a manchete, podemos verificar que a predominância das cores preta, vermelha e laranja - com o fogo em primeiro plano - evocam um clima de tensão, combate. Historicamente, o preto traz à memória luto, morbidez. Já a cor vermelha transmite uma sensação inquietante, contrapondo-se ao sombrio da cor preta. Além disso, se recorrermos à memória discursiva evocada pela cor vermelha, ela também pode ser relacionada a ideologias marxistas, regimes comunistas, contestação, protestos, manifestações - sentidos esses que são intensificados pelo contexto sócio-político ao qual a imagem remete. É interessante observarmos que o *logo* da revista não se encontra totalmente na cor vermelha, mas, assim como o fogo que faz parte da imagem, há um crescente do matiz da cor vermelha - começa alaranjada nas partes de baixo das letras -que vai se intensificando até atingir um intenso vermelho, como se o logotipo da revista estivesse em chamas. A isso podemos remeter à crescente tensão política instaurada pelas manifestações.

Partindo do que explica Augusti (2005, p. 89), de que as imagens de capa da revista *Veja*, muitas vezes, são montadas, cabe perguntar-nos se essa imagem realmente ocorreu ou foi uma edição? De qualquer forma, qual a imagem que o veículo de comunicação queria passar aos seus leitores, qual recorte foi privilegiado sobre as manifestações que estavam ocorrendo em grande parte do país, através da escolha daquela imagem?

As imagens do jornalismo geralmente pretendem criar o efeito de verdade com relação ao fato documentado, principalmente por sua característica de não ser uma pose, mas uma foto instantânea do acontecimento noticiado. Barboza (2003, p.121), explica essa estratégia chamada foto-jornalismo:

O chamado foto-jornalismo, ao substituir a pose pelo recurso técnico do instantâneo, tem sua intenção no flagrante, na surpresa e no acaso fotográfico. Segundo Avancini (2002), a principal característica dessa atividade é a de retratar as ações do homem na imprevisibilidade do seu cotidiano. [...] Esse flagrante do cotidiano cria o chamado ‘efeito-

testemunha', estratégia característica da prática jornalística, que faz uso da fotografia como prova irrefutável do 'Isso aconteceu'; o que se procura fotografar é, desse modo, a própria ação: o antes e o durante.

Com relação à citação acima, é importante perguntar-nos: o foto-jornalismo busca retratar o fato tal como ele ocorreu, através de um atestado visual, mas e a perspectiva do fotógrafo? E o recorte do momento ocorrido feito pelas lentes? Não são marcas da parcialidade e da perspectiva ideológica, mesmo que inconsciente, no ato da escolha do momento, da perspectiva precisa a ser fotografada e escolhida para estampar as capas de uma revista? Ainda sobre as características do foto-jornalismo, será que a imagem da capa em estudo pode ser caracterizada como tal?

Partindo para a análise da manchete, em diálogo com a imagem já citada, temos como materialidade discursiva o seguinte enunciado:

“A REVOLTA DOS JOVENS. Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”

A manchete, impressa com a cor branca, em contraste com o sombrio do preto e com a tensão do vermelho, traz em letras bem maiores que o resto do enunciado e em negrito o trecho “A REVOLTA DOS JOVENS”, com todas as letras maiúsculas. Escolha enunciativa que classifica e ressalta as manifestações como atitude de jovens revoltados. Ao trazermos à tona a memória discursiva da palavra “revolta”, associada à palavra “jovens”, podemos acionar uma rede de sentidos que remetem a algo transitório, passageiro, característico da juventude - que é rotulada, pela sociedade contemporânea como inquieta, rebelde, indisciplinada, sem limites. Recorrendo às possibilidades parafrásticas (ORLANDI, 1999) desse enunciado, podemos ter as construções: Jovens revoltados; A rebeldia dos jovens.

Sendo assim, ao caracterizar as manifestações como “revolta de jovens”, imputa-se aos protestos uma característica de algo eferescente, passageiro, que irrompe no momento e acaba algo característico da juventude que tem de extravasar sua energia fazendo alguma coisa agitada. A revista ao preferir denominar as manifestações como “revolta” reduz os sentidos que envolvem nomeações para manifestação como ativismos, marchas, protestos, mobilização, as quais se vinculam a atos promovidos por causas legítimas. Dessa forma, ao eleger a denominação “revolta”, evoca sentidos

ligados à violência, relacionando-se com a imagem que figura em sua capa em referência às manifestações.

Interpretação que é corroborada com a reportagem sobre a manchete de *Veja*, 19 de junho de 2013, p. 88:

O fenômeno realmente espantoso ocorrido na semana passada no Brasil foi o fato de às minorias terem se juntado milhares de rapazes e de moças que tinham tudo para estar no cinema, no shopping ou na balada, e não engrossando as fileiras das minorias de vândalos profissionais. A tentação maior é de rotulá-los de rebeldes sem causa, bem ao estilo do grupo *Ultraje a Rigor*, aquele garoto que ‘os pais tratavam muito bem’ e que recebe deles ‘apoio moral’, e ‘dinheiro para gastar com a mulherada’, A reação do garoto? ‘Não vai dar/Assim não vai dar/Como é que eu vou crescer sem ter com que me revoltar/ Não vai dar, assim não vai dar/Pra eu amadurecer sem ter com que me rebelar.’ Poderia ser esse o hino dos atuais insurgentes.

No mesmo enunciado, com letras menores, questiona-se o leitor: “depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”. Ou seja, depois do preço das passagens, que rumos as manifestações iriam tomar? Ousariam “se revoltar” contra a corrupção e a criminalidade? Ou as manifestações iriam se voltar para o lado da violência, para a criminalidade? O fato de as manifestações terem, muitas vezes, sido tratadas como vandalismo e a imagem de capa, com a explosão em primeiro plano, corroborando essa ideia, aliada à destruição, quebra-quebra, termos muito usados pela mídia em geral na semana das manifestações, leva-nos a pensar nessa interpretação como um possível efeito de sentido. Entretanto, se estabelecermos um diálogo com as reportagens publicadas na segunda edição, podemos interpretar que a manchete da primeira capa poderia estar sugerindo aos manifestantes levarem para as ruas reivindicações contrárias à corrupção e a criminalidade, como se os editores da revista estivessem dizendo que protestar contra corrupção e criminalidade eram pautas legítimas, ao contrário das manifestações organizadas pelo movimento *passé-livre*.

Passemos agora à análise da capa da edição do dia 26 de junho, publicada uma semana após a analisada anteriormente.



Análise da Capa 2

Em uma primeira leitura dessa capa, percebemos instantaneamente que a abordagem dada ao mesmo assunto mudou. A imagem relacionada à matéria sobre as manifestações recobre toda a capa, sem haver nenhuma chamada para outras matérias que fazem parte dessa edição e, o fato mais notório: possui um cabeçalho - fato raro em capas de revistas - com a chamada “Edição Histórica”, com letras pretas, em negrito, e centralizada. A imagem possui a cor laranja como predominante, em contraste com o verde e o amarelo da bandeira nacional - que está nas costas da jovem mulher que parece caminhar calmamente - e com o vermelho, nesta capa constante, sem variações de matizes, do logotipo da revista.

Diferentemente da imagem de capa da semana anterior, a imagem desta capa também mostra fumaça e explosões ao fundo. No entanto, a imagem da jovem em primeiro plano, caminhando calmamente envolta na bandeira do Brasil - que deixa aparecer o lema da bandeira, “ordem e progresso”- reativam outros enunciados que fazem parte da nossa memória discursiva, outros momentos da história nacional em que o povo foi às ruas, como a *marcha dos cem mil*, o *diretas já* em 1984 e o *fora Collor* em 1992, Essa possibilidade de análise, de relacionar a imagem da capa a outras grandes manifestações ocorridas no país que mobilizaram grande parte da população, se torna mais pertinente ao relacionarmos a imagem ao cabeçalho anteriormente citado e à manchete “os sete dias que mudaram a história o Brasil”.

Entretanto, manifestações de cunho mais conservador, como a *marcha da família com Deus*, que fazia bastante uso de elementos nacionalistas, e marchas cívicas,

como os desfiles em comemoração à Independência, também ressurgem à memória ao nos depararmos com uma imagem de alguém com a bandeira nacional sobre os ombros.

Ao contrastarmos a manchete da primeira capa com a da segunda, podemos perceber uma grande modificação no tratamento dos fatos: as manifestações, de “revolta de jovens”, “coisa de adolescentes sem ter mais o que fazer”, passam a figurar como fato capaz de mudar a história do Brasil. Ao nos depararmos com esse contraste, podemos nos questionar: que fatores levaram esse veículo de comunicação a ter essa mudança em seu discurso? Que interesses estariam aí em jogo? Seria “os sete dias que mudaram a história o Brasil”? Ou, os sete dias que mudaram o discurso da *Veja*?

Importante também destacar que a revista (PIOVEZZANI FILHO, 2003), “inserida no fenômeno de ‘politização’¹² da mídia, pressupondo uma legitimidade já constituída, inscreve-se num lugar de enunciação próprio daquele que fala para e em nome dos outros (do ‘povo’) que, por seu turno, no campo político, não podem falar por si mesmos. Desse modo, *Veja* apresenta-se como um suposto porta-voz, que, com efeito, não é a reprodução da fala do povo, mas seu simulacro, pelo fato mesmo de que a existência do porta-voz atesta a impossibilidade de que o povo fale, pois, se assim acontecesse, a função de falar em seu nome estaria elidida. Função de porta-voz que tenta se mostrar na materialidade linguística através do julgamento dos fatos desenvolvidos pelo veículo, expressos, principalmente, pelas adjetivações com valor de julgamento, como no enunciado “os sete dias que mudaram o Brasil”.

Recorte II- O Movimento Passe Livre que ser *pop star*?

Neste recorte, analisamos os editoriais e duas reportagens assinadas pelas mesmas articulistas, os dois excertos retirados de cada uma das edições em análise, e também como a revista caracteriza os participantes do Movimento Passe-Livre, utilizando-se da ironia para descaracterizar os objetivos do movimento.

Na revista da semana do dia 19 de junho, a matéria sobre as manifestações ocupou 9 páginas, já na semana seguinte, ocupou 28 páginas de reportagem especial, ou

¹²Politização aqui no sentido de grande divulgação dos discursos e acontecimentos políticos através da mídia.

seja, mais que triplicou o número de páginas em relação à semana anterior. Essa reportagem do dia 26 de junho de 2013 apresenta um quadro que perpassa várias páginas, disposto ao rodapé das páginas, com uma espécie de “ficha” de alguns supostos manifestantes contendo nome, idade, ocupação, local onde mora e os motivos que os levaram a aderir aos protestos, sendo que, dentre as pessoas entrevistadas, muitos são empresários, atores globais, esportistas famosos, médicos, advogados, como se pode observar a seguir.

FOME DE QUÊ?

VEJA ouviu 119 brasileiros de oito cidades para saber o que os levou às ruas e os motivos que alegam para continuar protestando

 <p>RAFAEL CALABRIA Advogado, 33 anos Recife</p> <p><i>“Fiz questão de lutar por um país mais justo. É o melhor presente que eu posso dar a minha filha, que hoje faz 2 anos”</i></p>	 <p>MELISSA OLIVEIRA Estudante de medicina, 19 anos Belo Horizonte</p> <p><i>“As pessoas agora querem pedir outras coisas. Se todo mundo for para a rua, o governo será forçado a tomar uma atitude”</i></p>	 <p>FERNANDO SCHERER Ex-nadador, 38 anos São Paulo</p> <p><i>“O povo está de saco cheio de corrupção e de políticos que não governam para ele. O gigante acordou e não pode adormecer de novo”</i></p>	 <p>ROGÉRIO EMÍLIO DE ANDRADE Advogado, 42 anos São Paulo</p> <p><i>“Os políticos precisam refletir mais nas suas decisões e ter um comportamento compatível com os anseios da população”</i></p>	 <p>DOMINGOS RUAS Consultor de empresas, 50 anos São Paulo</p> <p><i>“Quero que a presidente Dilma se desligue da sua corrupta base de apoio no Congresso, una-se ao povo e faça a reforma política”</i></p>
---	--	--	--	--

68 | 26 DE JUNHO, 2013 | veja

 <p>IRENE ALCARAZ Aposentada, 83 anos Rio de Janeiro</p> <p><i>“Eu me sentiria uma covarde se deixasse essa moçada vir batalhar sozinha na rua. Enquanto eles vierem, eu também virei”</i></p>	 <p>PATRICIA LOUSADA Administradora, 44 anos São Paulo</p> <p><i>“O governo petista deu uma bolsa miséria à maioria da população e isso a calou. Fiquei indignada com esse silêncio”</i></p>	 <p>MARCELO SERRADO Ator, 46 anos Rio de Janeiro</p> <p><i>“Jovens, idosos, professores, alunos, artistas. Todos em uma só voz. Eles terão medo da gente!”</i></p>	 <p>FREDERICO FERREIRA Estudante, 20 anos Brasília</p> <p><i>“Acordamos para exigir mais, e cada vez mais, dos nossos governantes”</i></p>	 <p>LÍVIA MAGRI ALCALDI SOARES Advogada São Paulo</p> <p><i>“Não é por 20 centavos, é por 20 milhões de motivos. Este país está todo errado”</i></p>	 <p>VITOR MARTINS Servidor público, 34 anos Brasília</p> <p><i>“Acabar com as regalias dos parlamentares é um começo. Esse dinheiro vem dos nossos impostos”</i></p>
--	--	---	--	--	--

veja | 26 DE JUNHO, 2013 | 69

Esta mudança de foco operada em relação aos participantes do movimento poderia ser relacionada com a classe social e a ocupação a que pertencem várias pessoas que, segundo *Veja*, aderiram às manifestações, retratadas nessa edição da revista?

Gregolin (2003), ao analisar as comemorações que ocorreram por todo o país em torno dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, no ano 2000, desenvolve algumas considerações que são relacionáveis à mudança discursiva apresentada pelos diversos

meios de comunicação - com destaque à revista *Veja*, nosso objeto de estudo - que “noticiaram” as manifestações de junho de 2013. A autora (op. cit., p.108) destaca que:

os mesmos veículos, que num primeiro momento incorporaram o discurso ufanista, criaram e colocaram em circulação artefatos como “o relógio dos 500 anos”, acabaram se apropriando do contra-discurso, dando-lhe amplitude. [...] O episódio dos 500 anos deixa perceber que, apesar de, majoritariamente repetirem discursos dominantes, os meios de comunicação brasileiros cederam espaço- e fomentaram- debates, polêmicas e contra-discursos que se digladiaram contra o discurso ufanista oficial. Na era da informação ininterrupta *em tempo real*, as técnicas de disciplina e vigilância são sofisticadas a tempo de exigirem reordenamentos discursivos, a fim de criarem a ilusão de liberdade. São novas formas de apelo e de constituição do imaginário social em que a própria resistência se transforma em mercadoria a ser insistentemente (re)produzida e transformada em discurso, neutralizando o seu potencial de subversão. Naturalizando a resistência, forja-se um consenso que, dialeticamente, destrói a rede de contra-discursos.

Movimento muito semelhante ao acima descrito, foi o que aconteceu com o discurso da *Veja* em relação às manifestações de junho, que, nos seus primeiros dias, foram rotuladas de oportunismo, manifestação de “rebeldes sem causa”, de “muito barulho por nada/ou quase nada e, em apenas uma semana, tomaram a amplitude de acontecimento histórico. Como se pode observar no Recorte anterior, no trecho extraído da reportagem interna de *Veja* do dia 19 de junho, há um grande contraste entre o posicionamento discursivo apresentado pela revista nesse dia, em comparação à edição da semana seguinte.

Conforme nos diz Gregolin sobre a apropriação que a grande mídia faz dos discursos dos movimentos sociais, “naturalizando a resistência, e, a partir daí forjando um consenso que, dialeticamente, destrói a rede de contra-discursos”, *Veja* se utiliza dessa técnica ao abraçar as manifestações de junho como possibilidade de reafirmar o posicionamento ideológico da revista – historicamente contrário a movimentos e partidos de esquerda – exaltando os acontecimentos da segunda semana das manifestações, na qual alguns participantes expulsaram representantes de sindicatos e partidos, como sendo o ápice das manifestações, em que “os brasileiros foram às ruas dar um basta a tudo o que está aí.”

Segundo teóricos da Nova História, a mídia toma o lugar do historiador ao instituir o que é acontecimento histórico, noticiando “a história” em tempo real. Segundo Barbosa (2003, p. 116):

A mídia não somente transforma o presente em acontecimento jornalístico, como também lhe confere um estatuto histórico. Desse modo a sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento. O lugar,

por excelência, de produção do acontecimento não é mais o do discurso da história, mas sim o da mídia.

Nessa mesma perspectiva, citamos Nora (1995, p. 181), quando escreve que “[...] é aos *mass media* que se deve o reaparecimento do monopólio da história. [...] Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência.”

Assim, entendemos que, atualmente, são os meios de comunicação que mais contribuem para que determinado fato seja considerado como um acontecimento histórico, já que a ocorrência de um fato não o torna histórico. Para que ele seja elevado à categoria de acontecimento histórico, é necessário que ele seja conhecido, que circule na mídia, isto é, para nós analistas de discurso, que seja discursivizado.

No caso em pauta, iniciamos com a análise dos títulos das reportagens. Na primeira semana (edição 2326), o título figura no alto da página em negrito e em letras garrafais: “A razão de tanta fúria” e tem como subtítulo o seguinte enunciado: “Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão para as ruas para baixar o preço das passagens, mas isso é tudo?”



Já na edição 2327, publicada após a segunda semana de manifestações, na reportagem em análise vamos encontrar os respectivos título e subtítulo: “Depois da catraca, os casarões. Integrantes do Passe Livre recebem ‘centenas’ de pedidos de adesão, têm agenda de celebridade e anunciam seu novo alvo: ‘o latifúndio urbano’.



Transcrevo, a seguir, um fragmento da reportagem da edição 2326 - primeira edição da *VEJA*- a tratar dos movimentos que se originaram a partir do aumento da tarifa de ônibus em algumas metrópoles, e se espalharam para todo o país:

(sdr1): “Há uma grande chance de que boa parte da rapaziada que, na semana passada, foi às ruas esteja apenas dando vazão às pressões hormonais pelo exercício passageiro do socialismo revolucionário. [...] As minorias que participaram ativamente do quebra-quebra são os suspeitos de sempre: militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCO e PC do B), militantes radicais de partidos de centro-esquerda (PT e PMDB), punks e desocupados de outras denominações tribais urbanas, sempre dispostos a driblar o tédio burguês aderindo a algum protesto violento.” (VEJA 19 de junho de 2013, p. 86)

Mais adiante, ainda na mesma página da revista, temos o seguinte trecho:

(sdr 2): “Foi a quarta de uma série de manifestações organizadas por um grupo nanico criado por estudantes de São Paulo sob inspiração de um movimento nascido em Florianópolis. O Movimento Passe Livre (MPL) [...] não tem sede, nem chega a reunir uma centena de integrantes. Vangloria-se também de não ter líderes. Tem, claro, mas prefere chamá-los de ‘porta-vozes’.”

Na página seguinte, podemos localizar o seguinte fragmento, ainda sobre o Movimento Passe Livre:

(sdr 3) “Mas essa minoria interessa pouco. Ela sempre será minoria por definição – ou alguém acha viável um país em que a maioria dos cidadãos quebra tudo a sua volta dia sim, dia não? O fenômeno realmente espantoso ocorrido na semana passada no Brasil foi o fato de às minorias terem se juntado milhares de rapazes e moças que tinham tudo para estar no shopping ou na balada e não engrossando as fileiras das minorias de vândalos profissionais. [...] Os insufladores do movimento usam as redes sociais para organizar os protestos. Os grupos também arregimentam simpatizantes nos grêmios estudantis dos colégios onde seus integrantes estudaram. [...] Informações dos serviços de Inteligência da polícia paulistana relatam o que houve em seguida. Para engrossarem o movimento, alas radicais dos partidos arregimentaram integrantes de grupos punks – alguns deles já conhecidos nos

serviços de inteligência por terem se envolvido em episódios de agressões a minorias.”

Já na página 90, temos o seguinte:

(Sdr 4) “O movimento iniciado pelo MPL guarda alguma semelhança com o Occupy Wall Street, [...]. Também como o primeiro, reuniu, sobretudo, pessoas com situação financeira estável e que não enfrentam nenhum problema urgente. [...] Não que a briga pela redução das tarifas de ônibus não faça sentido. Segundo o IBGE, o peso médio do transporte público no orçamento mensal dos paulistanos é de 5%,¹³ muita coisa se comparado ao que ocorre em Nova York [...], contudo, boa parte dos manifestantes não é usuária de ônibus. Por que direitos eles lutam e vociferam então?”

Na sequência discursiva acima, podemos observar a presença da ironia em algumas expressões, como quando *Veja* argumenta que, segundo o IBGE, o peso médio do transporte público no orçamento mensal dos paulistanos é de 5%, e que mesmo assim é legítimo lutar contra a tarifa, já que a porcentagem do transporte público é bem menor em Nova York.

Ainda mais irônica, a reportagem publicada na segunda semana de cobertura de manifestações, inicia-se da seguinte forma:

(Sdr 5) “Ficaram definitivamente no passado os tempos em que eles precisavam se acorrentar dentro da prefeitura de São Paulo, como fizeram em 2011, para ganhar algumas migalhas de atenção de TVs e jornais. Agora, os jovens do Movimento Passe Livre, responsáveis pela fagulha que incendiou o país, deleitam-se com a fama. ‘Olha aqui!’, gabava-se, na última quinta-feira, Mayara Vivian, de 23 anos, a mostrar a uma amiga o registro de mais de cinquenta ligações perdidas durante a hora em que passou longe de seu celular (que claro, não era um Iphone, mas um aparelho velho e ‘sem frescuras’, como manda o Manual do Militante de Raiz). Minutos antes, ela avisou outro militante: ‘Vou ali dar uma entrevista ao *NewYork Times*’. Só voltou depois de uma hora.

Nanico até dois meses atrás, o MPL agora inclui no seu currículo o nada desprezível feito de ter, em três semanas de manifestações, conseguido a renúncia do prefeito e do governador da maior cidade e do maior estado do país ao seu pleito, a redução da tarifa de transporte. Da noite para o dia a organização virou um fenômeno pop: suas camisetas, (20 reais cada uma), estão vendendo como pãozinho quente e os pedidos de adesão ao grupo, que até pouco tempo atrás se limitava a quarenta pessoas em São Paulo, não param de chegar. ‘Agora são centenas’, diz Nina Cappello, outra porta-voz do MPL.” (*Veja*, 26 de junho, 2013, p. 90)

A explicação entre parênteses desenvolvida pelas articulistas da *Veja* – “que claro, não era um iPhone, mas um aparelho velho e ‘sem frescuras’, como manda o

¹³ Segundo dados do IPEA, relatório de gastos com transporte urbano 2005-2009, o comprometimento da renda dos brasileiros com transporte público gira em torno dos 15% e não de 5%, como assevera *Veja*. Dados disponíveis em: Carlos Henrique R. Carvalho; Rafael Henrique M. Pereira. *Gastos das famílias brasileiras com transporte urbano público e privado no Brasil*. Brasília. Dezembro de 2012.

Manual do Militante de Raiz”, é altamente irônico, pois busca por meio do humor estabelecido pela expressão “Manual do Militante de Raiz” e por meio das aspas, na expressão ‘sem frescuras’, para se referir ao celular de uma integrante do MPL, uma cumplicidade com o leitor que, de acordo com a formação imaginária da revista, compartilha do mesmo julgamento de valor que *Veja* faz sobre esses manifestantes.

Na página 91, temos o seguinte enunciado:

(sdr 6) “Por enquanto, a fama súbita não trouxe a discórdia para dentro do MPL, pelo contrário. O grupo já definiu sua próxima causa, anunciada por Mayara numa entrevista ao *Jornal Nacional* e reiterada mais tarde pelos demais. O movimento agora promete brigar contra o “latifúndio urbano”, neologismo assim explicado pela jovem: ‘É quando tem muita casa sem gente numa cidade cheia de gente sem casa.’ Em outras palavras: o MPL quer desapropriar os ‘grandes imóveis desocupados localizados em regiões centrais e valorizadas e gritar contra os ‘devedores de impostos que se aproveitam da especulação imobiliária’. Radicais? Bom, ninguém nunca disse que não eram.”

O parágrafo introdutório da reportagem, “Ficaram definitivamente no passado os tempos em que eles precisavam se acorrentar dentro da prefeitura de São Paulo, como fizeram em 2011, para ganhar algumas migalhas de atenção de TVs e jornais”, as denominações selecionadas e até os verbos utilizados para relatar o discurso do outro, como, “deleitam-se com a fama”; “gabava-se”, “Por enquanto, a fama súbita não trouxe a discórdia para dentro do MPL, pelo contrário. O grupo já definiu sua próxima causa (...)”, “Radicais? Bom, ninguém nunca disse que não eram.”, remete-nos à memória discursiva de reportagens feitas com bandas de música, em revistas de adolescente, como *Capricho* e *Todateen*, sobre qual será seu novo CD, em que cidades irão tocar, que sucessos prometem para o próximo disco?

Ou seja, ao longo das duas reportagens *Veja* busca destituir o político do Movimento Passe Livre, caracterizando-o como “agrupamento de jovens que não têm com o que se revoltar que deveriam estar no shopping ou na balada, que não precisam de ônibus e buscam fazer algo que aplaquem o seu tédio burguês.”

Até a forma como a matéria sobre o Movimento Passe Livre, publicada no dia 26 de junho, é finalizada (Sdr 6), remete à memória discursiva de reportagens sobre bandas de rock com letras mais ousadas e ritmos mais agressivos – muitas vezes caracterizados como rebeldes, radicais, por possuírem letras que contestavam as instituições: família, estado, religião.

Mariani, em sua tese sobre o imaginário em torno do partido comunista desde a década de 1930 até a década de 1980, ao analisar a expressão *perigo vermelho*, empregado por um jornal, ao referir-se a Lula, ressalta que Authier-Revuz, pensando o uso das aspas, explica que essas podem ser indicativas de um estranhamento e de uma distância por parte do sujeito na posição discursiva jornalística. Mas, segundo Mariani (1996, p. 133), também podemos interpretar a expressão aspeada como um indício irônico de que, para o discurso jornalístico, não há mais 'referente' para *perigo vermelho*, ou melhor, *os vermelhos* de agora não constituem *perigo* ou não são *perigosos*. Por extensão, Luís Inácio Lula da Silva também não constitui um *perigo* (grifos da autora).

As sequências discursivas, com relação ao uso das aspas pelas articulistas da *Veja*, também apontam para a mesma direção, ou seja, que o uso das aspas nas sequências discursivas 2, 5 e 6, é utilizado de forma irônica, com o intuito de desmoralizar, de diminuir as ações do Movimento Passe Livre e retratá-los como locutores de um discurso ilusório. Observemos: *Integrantes do Passe Livre recebem 'centenas' de pedidos de adesão, têm agenda de celebridade e anunciam seu novo alvo: 'o latifúndio urbano'; Vangloriam-se também de não ter líderes. Têm, claro, mas preferem chamá-los de 'porta-vozes'*.

Com relação à ironia na revista *Veja*, amparamo-nos na seguinte reflexão (BENETTI, p. 45):

O estilo irônico de *Veja* faz um duplo e importante movimento nesse jogo de linguagem. Por um lado, a ironia fortalece a opinião da revista, editorializada e nada fortuita, sobre certas práticas, pessoas ou lugares. Por outro lado, estabelece com o leitor uma relação de cumplicidade interpretativa. [...] o sentido geral que a revista estabelece é algo como “eu digo o que penso, e o que penso é que isto é tão imoral ou ridículo, que obviamente você, leitor, não pode discordar de mim, pois você não é imoral ou ridículo (ou é?)”. O leitor, ainda que não saibamos como processa de fato esse posicionamento do veículo, é instado a pertencer a uma comunidade discursiva na qual determinadas ideias são tomadas como “naturais, evidentes e verdadeiras”.

De um ponto de vista linguístico, a ironia é essencialmente uma figura de linguagem “pela qual se diz o contrário do que se pensa, com intenção sarcástica” (CHERUBIM, 1989:41). Funciona de maneira dialógica ou intersubjetiva (BRAIT, 1996; HUTCHEON, 2000) *apud* Benetti (2007, p. 6), isto é, a ironia exige que o interlocutor se posicione de um determinado modo, o que, se não ocorrer, o efeito irônico simplesmente não acontece. Ou seja, na produção do discurso, pode haver uma

atitude potencialmente irônica, mas a construção do sentido irônico depende, além do ironista, também do interlocutor ou leitor.

Benetti, *Opt. cit.*, p. 7, destaca que, para o leitor perceber que a ironia quer significar o contrário do que diz literal ou explicitamente, então precisa indicar ao leitor que ali existe uma espécie de farsa ou simulação – precisa indicar o que se costuma denominar “contexto de incongruência (entre um sentido positivo e um negativo, por assim dizer) ou, dito de outro modo, precisa construir as marcas de uma literalidade que deve ser recusada pelo interlocutor”. A ironia é uma forma bastante peculiar de discurso da ambiguidade, entendendo-se aqui a ambiguidade como uma estratégia: “Longe de ser apenas um procedimento estilístico inefável, ela (a ambigüidade) se torna fonte de estratégia discursiva e elemento constitutivo de poder” (FERREIRA, 2000:65 *apud* BENETTI, 2007).

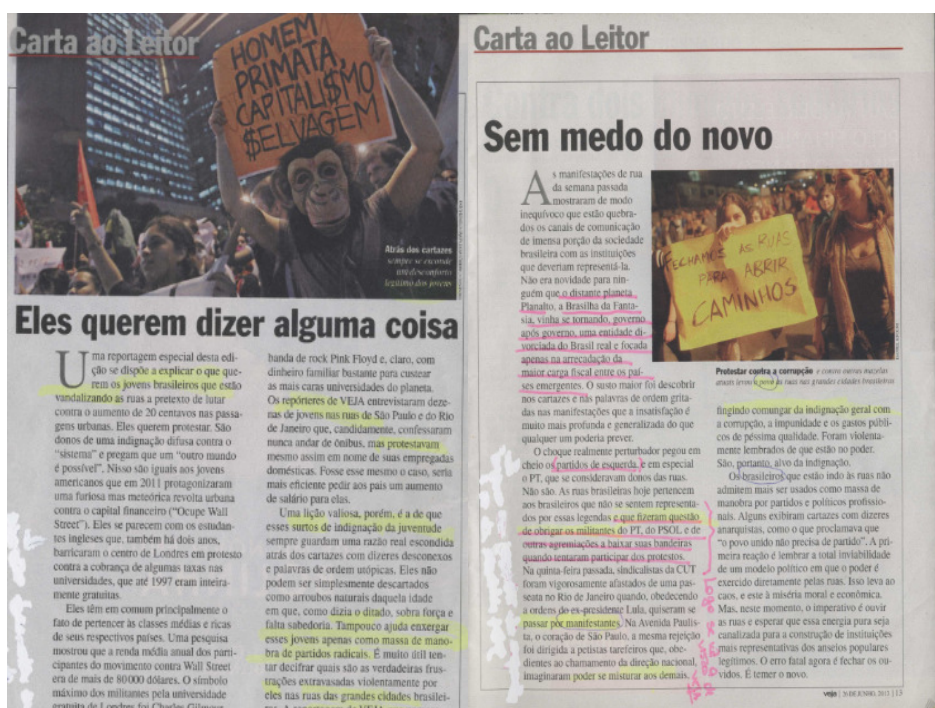
Para que a ironia funcione, há um jogo bastante complexo, em que estão atuando, de forma bastante profunda, as formações imaginárias pècheutianas: como eu, que enuncio, imagino meu interlocutor e como penso que ele me imagina quando me lê; como eu, que leio, imagino meu interlocutor e como penso que ele me imagina quando enuncia para mim; melhor explicando, segundo Pêcheux, o sujeito que fala tem dois horizontes imaginários ao longo dos quais se desloca na enunciação dirigida a um interlocutor, refletindo sobre si e sobre o outro. Primeiro, pergunta-se “quem sou eu para lhe falar assim?”; segundo, pergunta-se “quem é ele para que eu lhe fale assim?”. Em contrapartida, o próprio interlocutor lida com outros dois horizontes sobre si mesmo e sobre quem lhe fala, perguntando-se “quem sou eu para que ele me fale assim?” e “quem é ele para que me fale assim?” (PÊCHEUX, 1990:83).

Entendemos que em todos os enunciados transpostos das duas reportagens; mas principalmente na segunda, a revista busca desqualificar a atuação do movimento, dando um peso menor às ações, valendo-se de ironia e utilizando o discurso direto estrategicamente, com o intuito de retratar os manifestantes como jovens em busca de fama e visibilidade e não lutando por transformações de ordem política e social. Através do estudo desenvolvido podemos verificar mecanismos linguísticos utilizados pela revista *Veja*, tanto na primeira quanto na segunda edição, com o intuito de gerar um demérito às ações do Movimento Passe Livre.

Embora a maioria das reportagens da segunda edição tenham seguido uma linha mais favorável às manifestações, exaltando, muitas vezes, a ação dos manifestantes pacíficos como algo saudável à democracia e necessário em nossa sociedade, a reportagem da edição 2327 seguiu a mesma direção discursiva apresentada na edição 2326, publicada na semana seguinte às primeiras manifestações, ou seja, tratou os manifestantes do MPL como jovens utópicos, sem mais o que fazer, em busca de fama e visibilidade.

A partir dos títulos e subtítulos das reportagens acima analisadas, já podemos ter pistas sobre o posicionamento da *Veja*, mas atentemos para outros fragmentos das mesmas edições para termos uma leitura mais precisa:

Nos editoriais da revista, denominados de *Carta ao leitor*, também há um contraste significativo entre as duas edições:



No editorial do dia 19 de junho, em nenhum momento, os participantes dos movimentos foram chamados de manifestantes, desde o título já são classificados pela revista como *jovens* que não sabiam o que queriam: *Eles querem dizer alguma coisa*. *Veja* atribuí a si a capacidade de analisar e julgar o que, de fato esses jovens queriam - coisas que os próprios não sabiam -, segundo a revista. Já no editorial do dia 26, os participantes das manifestações são nomeados de *brasileiros e manifestantes*.

Para facilitar a leitura, transcrevemos, em um quadro comparativo, os dois editoriais acima, dos quais ressaltamos algumas marcas linguísticas e as analisamos posteriormente:

<p>Carta ao Leitor (19/06/2013)</p> <p>Eles querem dizer alguma coisa</p> <p>Uma reportagem especial dessa edição se dispõe a explicar o que querem os jovens brasileiros que estão vandalizando as ruas a pretexto de lutar contra o aumento de 20 centavos nas passagens urbanas. Eles querem protestar. São donos de uma indignação difusa contra o “sistema” e pregam que “um outro mundo é possível”. Nisso são iguais aos jovens americanos que em 2011 protagonizaram uma furiosa, mas meteórica revolta urbana contra o capital financeiro (Ocupy Wall Street”). Eles se parecem com os estudantes ingleses que, também há dois anos, barricaram o centro de Londres em protesto contra a cobrança de algumas taxas nas universidades, que até 1997 eram inteiramente gratuitas.</p> <p>Eles têm em comum principalmente o fato de pertencer às classes médias e ricas de seus respectivos países. Uma pesquisa mostrou que a renda média anual dos participantes do movimento contra Wall Street era de mais de 80000 dólares. O símbolo máximo dos militantes pela universidade gratuita de Londres foi Charles Guilmour, filho do milionário guitarrista da lendária banda de rock Pink Floyd e, claro, com dinheiro familiar bastante para custear as mais caras universidades do planeta.</p> <p>Os repórteres de VEJA entrevistaram dezenas de jovens nas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro que, candidamente, confessaram nunca andar de ônibus, mas protestavam mesmo assim em nome de suas empregadas domésticas. Fosse esse mesmo o caso, seria mais eficiente pedir aos pais um aumento de salário para elas.</p> <p>Uma lição valiosa, porém, é a de que esses surtos de indignação da juventude sempre guardam uma razão real escondida atrás dos cartazes com dizeres desconexos e palavras de ordem utópicas. Eles não podem ser simplesmente descartados como arroubos naturais daquela idade em que, como dizia o ditado, “sobra força e falta sabedoria”. Tampouco ajuda enxergar esses jovens apenas como massa de manobra de partidos radicais. É muito útil tentar decifrar quais são as verdadeiras frustrações extravasadas violentamente por eles nas ruas das grandes cidades brasileiras. A reportagem de VEJA que começa na página 82 contribui para isso.</p>	<p>Carta ao leitor (26/06/2013)</p> <p>Sem medo do novo</p> <p>As manifestações de rua da semana passada mostraram de modo inequívoco que estão quebrados os canais de comunicação de imensa porção da sociedade brasileira com as instituições que deveriam representá-la. Não era novidade para ninguém que o distante planeta Planalto, a Brasília da Fantasia, vinha se tornando, governo após governo, uma entidade divorciada do Brasil real e focada apenas na arrecadação da maior carga fiscal entre os países emergentes. O susto maior foi descobrir nos cartazes e nas palavras de ordem gritadas nas manifestações que a insatisfação é muito mais profunda e generalizada do que qualquer um poderia prever.</p> <p>O choque realmente perturbador pegou em cheio os partidos de esquerda, e em especial o PT, que se consideravam donos das ruas. Não são. As ruas brasileiras hoje pertencem aos brasileiros que não se sentem representados por essas legendas e que fizeram questão de obrigar os militantes do PT, do PSOL, e de outras agremiações a baixar suas bandeiras quando tentaram participar dos protestos. Na quinta-feira passada, sindicalistas da CUT foram vigorosamente afastados de uma passeata no Rio de Janeiro quando, obedecendo a ordens do ex-presidente Lula, quiseram se passar por manifestantes. Na Avenida Paulista, o coração de São Paulo, a mesma rejeição foi dirigida a petistas tarefeiros que, obedientes ao chamamento da direção nacional, imaginaram poder se misturar aos demais, fingindo comungar da indignação geral com a corrupção, a impunidade e os gastos públicos de péssima qualidade. Foram violentamente lembrados que estão no poder. São, portanto, alvos da indignação.</p> <p>Os brasileiros que estão indo às ruas não admitem mais ser usados como massa de manobra por partidos e políticos profissionais. Alguns exibiram cartazes com dizeres anarquistas, como o que proclamava que “o povo unido não precisa de partido”. A primeira reação é lembrar a total inviabilidade de um modelo político em que o poder é exercido diretamente pelas ruas. Isso leva ao caos, e este à miséria moral e econômica. Mas, neste momento, o imperativo é ouvir as ruas e esperar que essa energia pura seja canalizada para a construção de instituições mais representativas dos anseios populares legítimos. O erro fatal agora é fechar os ouvidos, é temer o novo.</p>
---	---

Os títulos dos dois editoriais sinalizam algo: *Eles querem dizer alguma coisa*” e *Sem medo do novo*”. O primeiro título sugere que as manifestações iniciais, que tiveram como foco protestar contra o aumento das tarifas de ônibus, não tinham realmente esse propósito, mas que, por trás dessas manifestações havia razões ocultas que *Veja* coloca-se como habilitada para desvelar aos seus leitores. Ao longo do editorial a revista utiliza uma série de adjetivações a fim de ridicularizar os protestos, como “candidamente, confessaram nunca andar de ônibus, mas protestavam mesmo assim em nome de suas empregadas domésticas”. A revista intenta, por meio de *dados* sobre as condições econômicas dos manifestantes, também por meio de comparações entre as rendas e causas dos movimentos brasileiros, com o Occupy Wall Street, ocorrido nos Estados Unidos, deslegitimar a ação dos manifestantes de nosso país.

O segundo título, *Sem medo do novo*, aponta para um novo que se possa temer, novo esse que é retomado no último parágrafo do texto: “(...) neste momento, o imperativo é ouvir as ruas e *esperar que essa energia pura seja canalizada para a construção de instituições mais representativas dos anseios populares legítimos*. O erro fatal agora é fechar os ouvidos, é *temer o novo*.” O título nos remete para análise desenvolvida por Orlandi (1999, p. 28-30), na qual ela analisa uma grande faixa preta com um enunciado em largas letras brancas: ‘vote sem medo’. A essa mudança a qual o título do editorial de *Veja* aponta que poderia gerar medo, seria possível relacionar às eleições que estavam por ocorrer no ano seguinte à reportagem? Que mudança (que novo) seria essa senão romper com o ciclo do PT na presidência?

Numa outra perspectiva, poderíamos apontar para uma mudança na postura dos brasileiros com relação à política, sendo mais ativos, fiscalizando e cobrando mais atitudes dos governantes? Entretanto, nos inclinamos a entender que a mudança fomentada pela revista, corresponde mais à primeira opção, devido à forma como ela comemora a expulsão dos militantes do PT e da CUT das manifestações.

Falcollor mandou a militância retomar as ruas, das quais os petistas se achavam donos, e viu o povo cair de pau na hipocrisia. Lula mandou os sindicalistas se fingirem de povo e o resultado foi o mesmo. Cascudos nos intrusos e bandeiras queimadas e rasgadas. Os esquerdistas tiveram de ouvir um dos mais elegantes xingamentos da história mundial das manifestações: “Oportunistas, oportunistas”. (*Veja*, edição 2327, p. 63)

Outro aspecto do editorial da edição 2327 que gostaríamos de ressaltar, faz parte do mesmo excerto destacado anteriormente: O que seriam anseios populares legítimos? O que a revista entende por *popular*? E por *legítimo*?

Um dos principais argumentos da revista para condenar as manifestações – que ela nomeia *vandalização* e em nenhum momento chama de protesto, é a forma violenta como alguns participantes se manifestaram. Entretanto, na reportagem da semana posterior, na qual ela exalta os participantes e considera que dessa vez eram os *brasileiros* que estavam nas ruas e não *vândalos*, a revista utiliza uma série de denominações que apontam para uma ação violenta desses com relação a militantes de partidos políticos. Veja utiliza as expressões: “...**obrigar** os militantes do PT, do PSOL, e de outras agremiações a *baixar suas bandeiras*”, “Na quinta-feira passada, sindicalistas da CUT foram **vigorosamente** afastados de uma passeata...; “Foram **violentamente** lembrados que estão no poder”.

Todas essas marcas linguísticas destacadas apontam para atos de violência, gerando um estranhamento, pois na semana anterior o mesmo veículo de comunicação clamava contra “o vandalismo”, “a baderna”, o “quebra-quebra” e, na semana posterior, exalta a expulsão violenta de militantes e sindicalistas. Corroborando nossa análise, destacamos a seguinte sequência discursiva da primeira reportagem especial da edição 2327, p.63:

(Sdr7): Lula mandou os sindicalistas se fingirem de povo e o resultado foi o mesmo. *Cascudo* nos intrusos e bandeiras *queimadas e rasgadas...*” (grifo nosso).

Como *Veja*, que havia se pronunciado veementemente contra os atos de violência nas reportagens da semana anterior, aplaude atos de violência quando esses são direcionados a sindicalistas e militantes de partidos de esquerda?

Nas sequências discursivas abaixo, extraídas dos editoriais acima, também observamos marcas linguísticas que nos causam estranhamento, apontando para a contradição entre os dizeres das reportagens das duas semanas:

(Sdr8): “Uma lição valiosa, porém, é a de que esses surtos de indignação da *juventude* sempre guardam uma razão real escondida atrás dos *cartazes com dizeres desconexos* e palavras de ordem utópicas.” (Carta ao leitor, 19/06/13)(grifo nosso).

(Sdr 9): “O susto maior foi descobrir *nos cartazes e nas palavras de ordem gritadas nas manifestações* que a insatisfação é muito mais profunda e generalizada do que qualquer um poderia prever.” (Carta ao leitor, 26/06/13) (grifo nosso).

Na primeira semana os cartazes são considerados *utópicos*, com *dizeres desconexos*, já na próxima semana, quando participantes de outros estratos da sociedade aderem às manifestações, *os cartazes e as palavras de ordem gritadas nas manifestações* revelavam que “a insatisfação era muito mais profunda do que se imaginava”, ou seja, os cartazes e palavras de ordem, “de dizeres desconexos”, passaram a ser considerados símbolos do descontentamento profundo e generalizado da sociedade.

Também nos índices já vemos a contrastante representação do movimento nas edições de 19 de junho e 26 de junho de 2013:



A escolha da imagem e da legenda que orientam o leitor para a reportagem sobre os movimentos nos dá pistas sobre o posicionamento de veículo: “*Desordem e terror frequentes nas metrópoles brasileiras, (p.84).*”



A edição seguinte, do dia 26 de junho de 2013, considerada *histórica*, está totalmente dedicada às manifestações. O contraste entre as duas edições é bastante visível: Além de capas extremamente díspares e do número volumoso de páginas dedicadas aos movimentos nessa segunda edição, a construção do índice – tanto com relação à linguagem verbal quanto à visual – nos dá a dimensão da mudança do discurso ocorrida entre as duas edições.

No índice da edição 2327, a Sessão *Especial* tem um espaço de destaque na organização visual do índice, pois fica localizada na coluna central, independente da sessão *Geral*. Essa sessão *Especial* é composta por nove reportagens, organizadas da seguinte forma: *Manifestações no Brasil: a explosão da história* (p. 60); *As reações do governo Dilma* (p. 66); *Funcionários do ministro Gilberto Carvalho incentivam a baderna em Brasília* (p.72); *A PEC 37 adiada* (p. 78); *Cartão amarelo para a Copa do mundo de 2014* (p. 80); *Afinal, quem paga a conta?*(p. 82); *A máfia das tarifas do transporte público* (p 86); *Quem são e como agem os vândalos* (p. 88); *O próximo alvo do MPL* (p. 90). A imagem – que ocupa as duas páginas referentes ao índice - e a legenda - *Congresso Nacional: um dos palcos das recentes manifestações históricas pelo Brasil*– também são ilustrativas do grande contraste entre as abordagens das duas edições.

Entendemos que as análises e considerações apresentadas neste recorte nos autorizam a afirmar que, entre uma edição e outra, ocorre uma reviravolta no discurso da *Veja*, embora essa mudança não altere sua posição ideológica, sempre posicionada

contra o governo petista. Essa reviravolta discursiva dá-se devido à adesão de outros segmentos da sociedade às manifestações e outras reivindicações terem sido levada às ruas. Ou seja, na data da publicação da edição 2327, o rumo que as manifestações tomaram já era outro, as demandas, de congelamento da tarifa de transporte e a luta pelo passe-livre, foram apagadas e substituídas por uma heterogeneidade de pautas, das quais VEJA salientou as pautas que melhor representavam seus anseios e através das mesmas o veículo pudesse tecer suas críticas ao atual governo federal, silenciando o fato de que os governos, em todas as suas esferas, estavam sendo contestados, independente da legenda política às quais se vinculassem.

Recorte III – Movimento de junho de 2013: acontecimento discursivo ou enunciativo?

Para tratar desse recorte, partimos do entendimento de que os movimentos de junho de 2013 se constituíram como um acontecimento histórico. Segundo conceitua Jacques Le Goff (1996), acontecimento histórico “consiste em um fato que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo passa a ser lembrado na história, fazendo parte do dizer sobre o passado de um povo, narrado pela ciência histórica” (LE GOFF, 1996 *apud* DELA-SILVA, 2008).

A partir da citação acima, poderíamos dizer que todos os fatos, todos os eventos, todos os acontecimentos, nesse sentido, deveriam ser considerados acontecimentos históricos, afinal, todos eles acontecem num determinado tempo, num determinado espaço e refletem a cultura de um povo. O fato é que nem todo o acontecimento pode ser considerado histórico, pois aquilo que se torna, de fato, *acontecimento histórico* é sempre resultado de uma seleção feita pelo historiador. Outrossim, como destacam CAZARIN& RASIA (2014), o fato histórico, como afirma Le Goff (1996, p. 11), é uma construção que atesta a história como prática social e, por conseguinte, sua não neutralidade.

As autoras, anteriormente citadas, também destacam que um acontecimento em si pode ocorrer independentemente do sujeito, mas só se torna fato histórico quando por ele simbolizado. Sendo assim, acontecimentos em si, mesmo que negligenciados pelos historiadores, como afirma Le Goff (op. cit., p.11), na perspectiva da AD, são entendidos no sentido de que essa negligência é

também resultado de um gesto interpretativo, pois o “esquecimento” e/ou o silêncio também significam.

Sendo assim, considera-se que nenhum acontecimento é histórico por natureza; faz-se necessário o discurso para reconstruí-lo como tal e estabelecer seu sentido, ou seja, um fato só adquire o estatuto de fato histórico a partir do momento em que ele é discursivizado. A análise de discurso compreende que o acontecimento histórico, enquanto acontecimento da ordem da realidade, das práticas humanas, pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos.

Semelhantemente, o acontecimento jornalístico também é compreendido como um fato, uma ocorrência no mundo; mas um fato que gera uma notícia, que por sua relevância perante a avaliação dos jornalistas do que se constitui como interesse público, merece estar presente nas edições dos noticiários impressos, televisivos ou eletrônicos. Trata-se de um acontecimento enquanto referente, com existência material no mundo; um acontecimento enquanto um fato que se inscreve na história do dia-a-dia, que o jornal e os jornalistas se propõem a escrever.

Os acontecimentos jornalísticos são apresentados no jornal em forma de notícia que, segundo a perspectiva enunciativa-discursiva de Guimarães (2001, p.13), pode ser definida como uma ‘narrativa de acontecimentos contemporâneos à sua enunciação’. Estes acontecimentos, no entanto, são selecionados pelo jornalista dentre as inúmeras ocorrências de um dado período, a partir de critérios como o interesse do público e a atualidade. Assim, tem-se a concepção de acontecimento jornalístico como um fato de interesse público, presente na área de Comunicação e Jornalismo, e reafirmado por manuais de redação, elaborados e publicados pela imprensa de referência brasileira, responsável pela instrumentalização do fazer jornalístico.

Embora Guimarães (2001, p. 14) não seja um autor da análise de discurso, seu texto muito se aproxima do entendimento que temos sobre a questão em pauta, em especial, quando relacionado à mídia. Segundo ele, “o acontecimento, enquanto acontecimento para a mídia, diz respeito a uma relação da mídia com os eventos do mundo social e político, a partir da qual ela enuncia”. Sob esta perspectiva, o acontecimento jornalístico distancia-se do acontecimento histórico, uma vez que:

o acontecimento para o jornal, aquilo que é enunciável como notícia, não se dá por si, como evidência, mas é constituído pela própria prática do discurso jornalístico. Enunciar na mídia inclui uma memória da mídia pela mídia. Valendo-me de conceitos formulados pela análise de discurso, posso dizer

que enunciar na mídia é enunciar segundo a interdiscursividade que determina as formulações da mídia, por mais que os jornalistas possam ainda afirmar que eles se pautam pela objetividade dos acontecimentos. (GUIMARÃES, 2001, p. 15)

Para a escolha dos acontecimentos que merecem ser notícia, a imprensa deveria se basear em critérios como “ineditismo”, “improbabilidade”, “interesse”, “apelo”, “empatia” e “proximidade”, segundo definição sobre a importância da notícia publicada no Manual de Redação Folha de S. Paulo (MANUAL, 2001). O manual especifica ainda uma forma de se estabelecer uma hierarquia para os fatos ou acontecimentos jornalísticos, de modo a atender à necessidade de seleção das informações, diante dos inúmeros fatos ocorridos diariamente, a saber:

Os fatos de incontestável interesse geral e as notícias de utilidade pública ocupam o topo da hierarquia das pautas. [...] No segundo patamar da hierarquia das pautas encontram-se os acontecimentos que provocam grande comoção pública, a dinâmica das relações entre instituições e seus integrantes e as reportagens contendo análises originais. (MANUAL, 2001, p. 21-22)

A partir do que orienta o Manual da Folha de São Paulo – considerado um clássico na história do jornalismo brasileiro - muitos jornais e outras publicações jornalísticas, como revistas, norteiam o seu fazer jornalístico. Entretanto, a Análise de Discurso pecheuxiana, teoria na qual nos fundamentamos em nossa dissertação, ressalta a importância de não nos deixarmos levar por termos imprecisos como *fatos de incontestável interesse geral*, *notícias de utilidade pública* ou *acontecimentos que provocam grande comoção pública*. As expressões destacadas só vão adquirir sentido com base na formação discursiva em que o meio de comunicação estiver inscrito. Este seleciona os fatos de acordo com seus critérios de relevância, sendo assim, o dizer jornalístico não traz consigo o fato, mas um gesto de interpretação do mesmo, ou seja, a imprensa produz sentidos para os acontecimentos que elege como de destaque em um momento dado. Salientamos que esse gesto de interpretação, na perspectiva da AD, é determinado pela ideologia que subjaz aos interesses de tal meio de comunicação.

As considerações sobre como a mídia concebe e trata acontecimentos que merecem, segundo determinado veículo de publicação, tornarem-se notícias nos ajudam a precisar o enfoque deste recorte. Ou seja, não é de um acontecimento jornalístico que estamos tratando, muito embora a discursivização possa se dar por meio da mídia. Nosso objetivo, neste recorte, é buscar entender se as manifestações que ocorreram em junho de 2013, sob a ótica da análise de discurso, poderiam ser tomados como um

acontecimento discursivo, nos moldes do que postula Pêcheux (2006), ou, talvez, como um acontecimento enunciativo como formulado por Indursky (2008).

Diante disso, neste texto, “O movimento de junho de 2013”, entendido como o conjunto de manifestações ocorridas e tomadas como fato histórico, está sendo concebido como acontecimento histórico, como algo pontual, capaz de gerar múltiplas discursividades, muito embora, dado à incompletude do discurso, um acontecimento, na maioria dos casos, já é resultado de uma discursividade anterior.

Assim, entendendo as manifestações ocorridas em junho de 2013 como acontecimento histórico e, também como acontecimento jornalístico - porque elas foram amplamente discursivizadas pela mídia tradicional e por novas mídias - nos colocamos o desafio de entender se esse acontecimento histórico se constitui em um acontecimento discursivo. Para tanto, examinemos como Pêcheux apresenta a noção de acontecimento discursivo.

Pêcheux (2006, p.15-28), diz que um *acontecimento discursivo* é “o ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória; como fato novo em um contexto de atualidade e no espaço da memória que ele convoca e que já começa a reorganizar”. Ressalta a existência de uma discursividade anterior ao acontecimento “que prossegue através dele e que, a partir dele, se prolonga, provocando nova discursividade”. Para Pêcheux, “o enunciado típico de um acontecimento discursivo é ‘colado’ ao acontecimento histórico, enunciado esse que se torna uma atividade coletiva”.

Indursky (1998, p.18), da mesma forma que o faz Pêcheux, afirma que “um acontecimento discursivo inaugura um novo dizer, fazendo trabalhar a memória - reorganiza a memória”.

Nas palavras dessa autora (1998),

[...] a estrutura, ao mobilizar a memória discursiva, trabalha com o repetível, inscrito em um tempo de longa duração, enquanto que o acontecimento discursivo trabalha com a ruptura do mesmo, com a instauração do novo, inscrevendo-se em uma outra espécie de tempo de curta duração. Instituída a ruptura com o dizer memorial, abre-se um novo domínio de memória, em torno do qual outros dizeres irão inscrever-se, participando também da estrutura (p. 18).

A partir dos estudos de Pêcheux e de Indursky, entendemos que um *acontecimento discursivo* estabelece uma ruptura e inaugura uma nova “estabilidade”

discursiva, instaura “o novo”, embora se saiba que “o novo” / “o fundador” é concebido, em AD, apenas como *efeito fundador*.

Passemos agora a buscar o entendimento de como em AD se concebe um acontecimento enunciativo. Para tanto, nos valem do escrito por Indursky (2003), autora que cunhou esta noção:

[...] o *acontecimento enunciativo* implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra maneira: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos desta formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. [...] Surgem novos saberes no interior da mesma FD.

Ainda segundo Indursky (op. cit.):

Enquanto o acontecimento discursivo remete para fora, é externo à FD que lhe dá origem, instaurando um novo sujeito histórico, o *acontecimento enunciativo* provoca a fragmentação da forma-sujeito e se dá, por conseguinte, no interior da própria formação discursiva.

Na tentativa de avançar a discussão proposta neste recorte, retomamos a indagação que fizemos no início: o movimento de junho de 2013 se constituiu como um acontecimento discursivo ou enunciativo?

Não temos dúvida de que as referidas manifestações provocaram uma reorganização de saberes - deslocaram, reelaboraram e/ou (re)significaram sentidos. Nossa dificuldade, no entanto, é de outra ordem. Se não vejamos: para que fosse considerado um acontecimento discursivo, nos moldes que Pêcheux nos propõe, precisaríamos que ocorresse uma ruptura capaz de instaurar uma nova FD – isso, no caso em pauta, não é possível, pois nessas manifestações estávamos diante de sujeitos que poderiam ser inscritos em diferentes FDs – ocorre sim uma reviravolta de saberes, mas não a ponto de podermos afirmar que se instaura uma ruptura, no dizer de Pêcheux, que, ao romper, instaurasse o “novo”. Mais uma vez recorremos a Indursky (2008, p. 28-29), quando escreve que o acontecimento discursivo determina o surgimento de uma nova FD e, por conseguinte, de uma nova forma-sujeito; nele “a ruptura é radical e definitiva”.

Diante dessa constatação passemos a examinar se, então, poderíamos afirmar que estaríamos diante de um acontecimento enunciativo, como o concebe Indursky. No nosso entendimento, isso também não se torna viável, pois a autora trata deste acontecimento como sendo da ordem interna de uma FD. Segundo ela, esse tipo de acontecimento instaura uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD; surge um novo modo de enunciar os sentidos, novos saberes, provenientes de outro lugar, emergem, mas “esse novo modo não opera pelo viés da ruptura; seu funcionamento se dá pelo viés da tensão e do estranhamento”.

Nesse viés, não há como negar que o movimento de junho de 2013 foi um fato/acontecimento histórico, mas não estabeleceu uma ruptura dentro das Formações Discursivas de onde bradavam os manifestantes, em suas heterogeneidades ideológicas. Até podemos dizer que temos um antes e um depois das manifestações de junho, mas não um acontecimento discursivo, não há um enunciado que possa ser marco divisor, pois nas palavras de ordem, nos cartazes das manifestações tínhamos enunciados que poderiam estar inscritos em distintas FDs.

Para exemplificar isso, nos valem do escrito por Peruzzo (2013, p. 79) que, ao analisar as referidas manifestações, escreve que elas:

Expressam um esgarçamento no caráter de classe. Não se trata somente de um movimento de esquerda, muito menos só dos setores tradicionais de representação política. Até o repúdio a partidos políticos de esquerda roubaram a cena em alguns momentos nas manifestações de junho e julho. No conjunto, houve uma mescla de segmentos de classe e de tendências político-ideológicas: de esquerda, liberais, conservadores, grupos com conotação, gente que quer mudar o Brasil, gente que apenas aderiu e participou, mas sem saber bem o porquê ou, como lembra Chauí (2013), o fez apenas para sair de casa. Enfim, os protestos de junho de 2013 –no momento em que tiveram maior adesão – expressaram o heterogêneo.

Por outro lado, não resta dúvida que a discursividade, em especial, no campo político, sofreu mudanças. Nos mais diferentes grupos políticos, saberes e sentidos se movimentaram, se (re)organizaram, provocando novos efeitos de sentido – a reviravolta discursiva estava instaurada - novos modos de enunciar sentidos vão estar presentes, por exemplo, nos discursos dos candidatos a Presidência do País em 2014 – “mudanças” foram anunciadas pelos mais diferentes candidatos, marcando diferentes discursividades e produzindo diferentes sentidos. É também em Peruzzo (Op. cit. p. 19) que buscamos respaldo para podermos escrever que a reorganização de saberes atingiu vários segmentos da sociedade. Atentemos para o que ela escreve:

[...] as recentes manifestações no Brasil expressam a busca pela ampliação da cidadania. Há interesse da sociedade em interferir e participar. Foi explicitado um grito de revolta, mas também um grito por mudanças. Exige-se ética na política. Deu-se um recado aos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), mas também à grande mídia, que alguns dizem ser o quarto poder, mas que de fato é apenas uma extensão do poder econômico, que se reveste do político e do ideológico.

Entretanto, para sustentar a tese de que a posse da presidenta Dilma não se constituiu um acontecimento discursivo, mas sim enunciativo, Cazarin e Razia (2014), ao analisarem imagens que retratam os momentos de posse dos primeiros mandatos de Lula e Dilma, tecem a seguinte argumentação:

Ainda com o desejo de continuar demarcando a diferença entre os acontecimentos discursivo e enunciativo, apresentamos as imagens que se seguem por entender que elas nos permitem a compreensão de uma importante diferença existente no comportamento do povo nesses dois momentos. A imagem 2, referente à posse de Lula, nos dá a dimensão da ruptura – o povo “toma conta” da esplanada dos ministérios adentrando no lago, algo jamais visto e talvez nem imaginado – esse gesto materializa uma “nova era” - é o povo chegando ao poder! Na imagem 3 (na posse de Dilma), o povo também está lá, mas a performance é outra – não “invadem” o lago, não sobem no mastro da bandeira... Ao contrário, é um povo satisfeito, feliz, mas “bem comportado”! A ruptura já havia acontecido!

Entretanto, em imagens registradas durante as manifestações de junho de 2013, ocorrem cenas semelhantes à descrita neste artigo, em relação à primeira eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, como podemos perceber, comparando as duas imagens abaixo. Traçando um paralelo com a análise desenvolvida pelas autoras, será que assim não podemos sustentar que os movimentos de junho de 2013 não configuram um acontecimento discursivo?



(O povo no dia da posse de Lula em 2003)

The image shows the cover of the magazine 'Índice veja', issue 2327, dated June 2013. The cover features a large, dramatic photograph of a crowd gathered around a large, curved structure, possibly a stage or a monument. The magazine's title 'Índice veja' is prominently displayed at the top. Below the title, there is a list of articles categorized into 'Panorama', 'Especial', 'Brasil', 'Geral', 'Artes & Espetáculos', and 'Guia'. To the right of the magazine cover is a large advertisement for Chevrolet's 'Revisão de Férias' service. The ad includes the Chevrolet logo, the text 'REVISÃO DE FÉRIAS CHEVROLET', and details about the service, including a 30% discount on labor, a 3-year/100,000 km warranty, and a price of R\$ 49.00 or R\$ 196.00 à vista. The ad also lists several Chevrolet models: CELTA, CLASSIC, COBALT, SPIN, AGILE, MÉRIVA, ONIX, and MONTANA.

(Segunda semana dos movimentos de junho de 2013, retratados pela revista Veja)

A mesma ousadia popular percebida na primeira imagem, na qual algumas pessoas adentram o lago em frente à esplanada dos ministérios, é visível na segunda imagem, em que alguns manifestantes sobem nos monumentos do Congresso Nacional. Entretanto, enquanto a primeira imagem simboliza uma euforia, um êxtase popular em relação ao acontecimento histórico-político que foi a primeira eleição de Lula, a segunda representa exatamente o oposto: o descontentamento popular em relação à conjuntura política e econômica, que gerou cenas, até então inéditas, como a que vimos acima.

Em capítulos anteriores desta dissertação, já discorremos sobre a importância da imagem para a sociedade contemporânea e como registros imagéticos podem servir como arquivos históricos, utilizados para retomar, citar, situar no tempo histórico, os acontecimentos. Se as imagens ilustradas anteriormente forem retomadas no futuro, referindo-se aos acontecimentos aos quais elas se relacionam como esses acontecimentos serão interpretados? Serão percebidos como marcos divisores de períodos da história brasileira? Serão interpretados como expressões dos sentimentos coletivos sobre os governos aos quais elas se referem? Será que os movimentos de junho, por terem ocorrido dez anos após do início do governo petista não simbolizam algo em relação a isso também? Essas manifestações não configurariam um certo descontentamento com uma forma de governar que não corresponde tanto aos discursos proclamados quando da posse do primeiro governo petista? Ou podemos considerar uma certa descrença com relação aos políticos como um todo – já que o PT foi (é) para muitos a esperança de um governo mais popular, ou seja, mais de acordo com os anseios da população de menor poder aquisitivo – e decepcionou muitos admiradores devido a vários escândalos e algumas medidas impopulares?

Se considerarmos essas manifestações ocorridas em junho de 2013, como provenientes do povo que colocou Lula e Dilma no poder, podemos defender, nesse sentido, que esses movimentos se constituem em um acontecimento discursivo por romperem com a FD a qual se filiavam. Segundo Indursky (2003), as diferenças entre acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo se configuram em:

[...] o *acontecimento enunciativo* implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra maneira: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos desta formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. [...] Surgem novos saberes no interior da mesma FD. Enquanto o acontecimento discursivo remete para fora, é externo à FD que lhe dá origem, instaurando um novo sujeito histórico, o

acontecimento enunciativo provoca a fragmentação da forma-sujeito e se dá, por conseguinte, no interior da própria formação discursiva.

Partindo do exposto até aqui, consideramos os movimentos de junho de 2013 como um acontecimento discursivo por instaurarem uma ruptura com a FD governista, questionando a legitimidade do governo federal e, também das esferas estaduais e municipais. Com relação ao governo federal, o descontentamento dá-se devido a repetidos escândalos de corrupção que vêm à tona frequentemente ao longo da era PT; já, com relação às instâncias estaduais e municipais, as reivindicações emergiram com relação às taxas de transporte, estendendo-se para as áreas de saúde, educação, segurança. As reivindicações não foram direcionadas apenas ao executivo, mas também ao poder legislativo, clamando contra aprovações sobre propostas de emendas provisórias, como protestos em favor da não aprovação da PEC 37.

De acordo com as discussões que desenvolvemos até aqui, nossa hipótese é que os movimentos de junho se constituírem um acontecimento discursivo por também estabelecerem uma ruptura com décadas de uma certa ausência de grande parte da população em manifestações políticas, fazia décadas que um volume tão grande de pessoas não saíam às ruas para se manifestarem. Falta de mobilização nas ruas que trazia a sensação de um povo que aceita, passivamente, as decisões políticas, sem se importar com fatos que afetam diretamente a vidas dele. Nós, brasileiros, somos ensinados nas escolas e também pelas mídias, que somos um povo pacato, pacífico, que não têm voz, acostumado a aceitar ou não se manifestar por acreditar que protestar “não vão dar em nada” ou que “é só perder tempo” e “levar bala da polícia” ou “que é só incomodação”.

Esses discursos são muito comuns na fala cotidiana, mas em junho houve uma quebra desses dizeres do senso comum, que após anos de descontentamento com vários aspectos da sociedade que não vão bem, muitas pessoas “se contaminaram” com a vírus da indignação, disseminado, principalmente pelas redes sociais, e saem às ruas, de uma forma meio caótica e desorganizada, mas todos que se sentiram impelidos a se manifestarem levaram às ruas seus descontentamentos, soltando o que os engasgavam e desafogando seus ressentimentos políticos alimentados à décadas. Pessoas que vinham alimentando o bordão “amanhã vai ser melhor”, ousou substituí-lo por um ‘amanhã vai ser maior’, com relação ao engrossamento do número dos manifestantes, que aumentavam diariamente no auge das manifestações, passando de uma postura passiva, frente à política, a uma postura ativa.

A partir do que discorremos até aqui, defendemos que junho de 2013 se constitui em um acontecimento discursivo por reformular a FD que sustenta o imaginário de brasileiro pacato, que

não se interessa por política, e estabelecer uma nova FD, a qual não sabemos nomear, mas que estabelece uma nova postura política do povo brasileiro, um povo que se manifesta, embora provenientes de diferentes FDs, mas que sabe ir às ruas quando sente seus anseios desrespeitados, quando sente que não estão sendo representados por aqueles que os deveriam representar.

Por mais que se possa comprovar que muitos manifestantes “entraram na onda” ou foram manipulados pelo discurso da oposição ao governo, que percebeu nos protestos de junho mais um meio de atacar o governo petista, não pode ser desprezado a enorme quantidade de pessoas que se dispuseram a participar. Além de romper com o imaginário de brasileiro pacato, esses movimentos possuem características peculiares, que os diferenciam de outros movimentos sociais tradicionais, como não possuírem um líder definido e não terem sido convocados por lideranças tradicionais como partidos políticos e sindicatos, esses traços também, em nossa opinião, o caracterizam como um acontecimento discursivo, por instaurar uma nova forma, não linear e não-centralizada por um líder, de convocar e organizar manifestações.

Junho de 2013 funda uma nova era dentro da perspectiva de como se organizam os movimentos sociais: a era da mobilização através de redes sociais pela internet, difundindo causas que se viralizam rapidamente, contagiando e convocando milhares em segundos. Outra característica que nos leva a crer que as manifestações de junho de 2013 foram um acontecimento discursivo, de acordo com o que preceitua Pêcheux, foi a forma como as imagens e as informações sobre os movimentos foram difundidas pelos próprios manifestantes, impondo uma dificuldade à mídia tradicional, que estava sempre atrasada com relação à divulgação dos fatos que estavam ocorrendo, como destaca Peruzzo (2013), que muitas vezes as empresas representantes da mídia tradicional compravam gravações autônomas, feitas por câmeras de mão ou smartphones, pois não estavam conseguindo adentrar às manifestações e transmitir em tempo real, como faziam os manifestantes.

Embora esses movimentos tenham perdido o fôlego, não possuíssem uma pauta única, uma reivindicação que os unificassem, consideramos um acontecimento discursivo por instaurar uma nova percepção sobre o imaginário vigente do que é o brasileiro, as formulações tradicionais de que somos “passivos e acomodados”; com esses movimentos houve uma sensação de empoderamento, de que o povo unido tem força, e quando muitos saem às ruas podem gerar mudanças, como a não aprovação da PEC37 e o não aumento da tarifa dos transportes que, após as manifestações, foram congeladas em todas as cidades que estavam propondo os aumentos.

EFEITO DE CONCLUSÃO

Ao longo da organização de nosso *corpus*, levantamos questionamentos sobre como *Veja* busca construir a narrativa dos movimentos de junho de 2013 como fato histórico. Após desenvolvermos as análises, compreendemos que, na publicação 2327, a revista tece sua narrativa, sobre o fato ocorrido na época, da forma como gostaria que o acontecimento fosse lembrado pela posterioridade. Assim, enuncia, tentando transmitir a imagem das manifestações, vinculando-a como contestação ao governo, e não como questionamento que foi efetuado por boa parte dos brasileiros, ao aderir às manifestações, devido a estarem descontentes com a forma de se fazer política no Brasil, e não com partido A ou B.

Consideramos bastante relevante o que Nora (1995) enfatiza sobre como a imprensa, isto é, como os fatos noticiados no presente, são condições para que esses venham a existir historicamente parecendo que, se não forem parte de matérias jornalísticas, eles não existirão. A forma como a grande mídia fixa (ou tenta fixar) os fatos na história e a atual luta que a mídia tradicional vem travando para sustentar o seu discurso frente às novas mídias surgidas com o advento da internet - e, mais recentemente, com os fatos sendo contados pelas pessoas comuns através de *posts* no *Facebook*, *Twitter* - entre outros *sites* de redes sociais – instauram uma nova forma de se estabelecer versões sobre os acontecimentos, provenientes de diferentes redes de sentido, e expondo posicionamentos vinculados às mais diversas Posições Sujeitos e à diferentes Formações Discursivas, o que está promovendo uma desestabilização nos dizeres da mídia hegemônica.

Com relação às capas da *Veja* que foram analisadas, percebemos que o discurso vai alterando-se ao longo das duas semanas, levando-nos a sugerir há um forte distanciamento, do posicionamento apresentado na capa do dia 19 de junho para a publicação da semana seguinte. Seguindo a esteira do contra-discurso, que significaram as manifestações como um movimento legítimo, com causas e demandas facilmente

identificáveis no (não) funcionamento do Estado brasileiro, a revista *Veja*, assim como outros grandes veículos de comunicação, abandonou os adjetivos depreciativos às manifestações e passou a enaltecê-las como fato histórico, comparável às “Diretas já” e ao “Fora Collor”, instaurando um marco na história dos movimentos de massa do país, principalmente devido à adesão às manifestações de representantes de classes mais abastadas e filiados a formações discursivas que queriam retirar o governo petista do poder, ou apenas, clamavam por mudanças sem fins partidários, mas que, de certa forma, iam ao encontro das opiniões políticas defendidas pela revista.

Sobre as reportagens e os editoriais analisados, destacamos que, por meio do estudo desenvolvido, podemos verificar mecanismos linguísticos utilizados pela revista *Veja*, tanto na primeira quanto na segunda edição, com o intuito de gerar um demérito às ações do Movimento Passe Livre. Desse modo, o discurso de *Veja* sobre o MPL é fortemente marcado por expressões irônicas e depreciativas, com o propósito de alijar a legitimidade das bandeiras desse movimento, retratando os manifestantes como jovens em busca de fama e visibilidade e não lutando por transformações de ordem política e social.

A análise dos editoriais nos causou um estranhamento, pois no editorial da edição 2326 há uma contundente condenação a alguns atos de violência ocorridos nas manifestações, o que faz com que a revista denomine as manifestações, naquela semana, de “baderna” e “vandalismo”. Entretanto, contraditoriamente, na edição 2327, as agressões direcionadas a militantes de partidos de esquerda e a sindicalistas, são glorificadas pela revista. Sendo assim, analisando contrastivamente as duas edições, verificamos vários índices de contradição discursiva, embora não tenham ocorrido mudanças na Formação Discursiva e nem na Posição Sujeito da revista.

Sobre o acontecimento histórico, movimentos de junho de 2013, não resta dúvida que a discursividade, em especial, no campo político, sofreu mudanças. Em diversos grupos políticos, saberes e sentidos se movimentaram e se (re)organizaram, provocando novos efeitos de sentido, instaurando uma reviravolta discursiva. Novos modos de enunciar sentidos aparecem, por exemplo, nos discursos em campanha à presidência do país em 2014, de maneira que “mudanças” foram anunciadas por diferentes candidatos, marcando outras discursividades e produzindo diferentes sentidos.

No entanto, reiteramos que mesmo que ainda que as manifestações tenham se enfraquecido ao longo do processo, tenha se dispersado em diferentes reivindicações, por vezes opostas, entendemos que essas manifestações se constituíram em um acontecimento discursivo por estabelecerem uma nova percepção sobre o imaginário vigente do que é o brasileiro, sobre as formulações tradicionais de que somos “passivos e acomodados”; com esses movimentos houve uma sensação de empoderamento, de que o povo unido tem força, e quando muitos saem às ruas podem gerar mudanças. Outro aspecto que contribui para que entendamos esse acontecimento como um acontecimento discursivo é a ruptura com as tradicionais formas de organização de movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

AUGUSTI, A. *Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005., Disponível em:

<<http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital>>. Acesso em: 10 set. 2014.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, p. 24-45, Campinas: IEL, jul./dez. 1990.

BARBOSA, P. L. N. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. do R. et al.. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

BENETTI, M.; HAGEN, S. Jornalismo e imagem de si. O discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, ano 7, n. 1, p. 123-135, jan./jun. 2010.

BENETTI, M. *A ironia como estratégia discursiva da revista Veja*. *LÍBERO*, ano 10, n. 20, p. 37-46, dez. 2007.

BONNAFOUS, S. Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen. In: GREGOLIN, M. do R. et al.. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

CARVALHO, C. H. R. *Gastos das famílias brasileiras com transporte urbano público e privado no Brasil: uma análise da POF 2003 e 2009*. Brasília, Distrito Federal: IPEA, 2012

CASTRO, B. D. S. de; MASTELLA, V.. *Capa de revista: um gênero opinativo?* In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 13., 2012, Chapecó. Anais... Chapecó: Intercom, 2012.

CAZARIN, E. A. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005.

CAZARIN, E. A.; RASIA, G. dos S. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. *Letras*, n. 48, p. 193-210, 2014.

_____. O enunciado “Eu não tenho medo da mudança” e sua relação com a memória do dizer. In: *Revista Investigações: Linguística e Teoria Literária* [do] Programa de Pós-

Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, v.18, n. 2, p. 227-243, 2006. ISSN 0104-1320.

_____. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva*. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1998. Série Dissertações de Mestrado.

CHAUÍ, M. A revolta urbana. *Caros Amigos*. ano 17, n. 197, p. 10-14, ago. 2013. (Entrevista a Aracy Nabuco, Frédi Vasconcelos, Lilian Primi e Wagner Nabuco).

COURTINE, J. *Análise do discurso Político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Ed. UFSCar, 2009.

DELA-SILVA, S. C. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa como constituição da TV como grande mídia*. Campinas, SP: [S.N.]

FERREIRA, J. *Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bordieu*. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 2, n. 1, p. 35-44, 2005.

FRANÇA, R; VAZ, P. B. *Entre o legítimo e o legitimado: a explosão dos acontecimentos nas capas de Veja*. In: BABO-LANÇA, I. (Org.) *Caleidoscópio*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2011.

FRANCISCATO, C. *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Ed. da UFS, 2005.

GOHN, M. da G. *Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs*. *Revista Meta*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14. p. 238-253, maio./ago. 2013.

GREGOLIN, M. do R. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____.et al. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GUIMARÃES, E. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: _____ (Org.). *Produção e circulação do conhecimento*. Estado, mídia e sociedade. v.1. Campinas: Pontes, 2001.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito na Análise do Discurso. In: CAZARIN, E. A.; GRIGOLETTO, E.; MITTMANN, S. (orgs.) *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*, . Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *Discurso, língua e memória - Organon*, UFRGS, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003.

_____. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. In: *Cadernos do IL- UFRGS*, n. 20, p. 7-21, dez.1998.

- LADEIRA, F. F. *As tentativas de manipular as massas*. Observatório da imprensa. *Caderno da cidadania*. Protestos urbanos. 75. ed., 25 jun. 2013.
- LE GOFF, J. *História e memória*. (Tradução de Bernardo Leitão et al.) 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MALDIDIER, D.; GUILHAUMOU, J. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Tradução de Suzy Lagazzi e José Horta Nunes. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de Leitura*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- MANUAL de redação: Folha de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.
- MARIANI, B. S. C. *O comunismo imaginário*. Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922- 1989). 1996. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. *Vozes e Contrastes: Discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e Discurso – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. (1978) “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”. In: *Semântica e Discurso – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- PERUZZO, C. M. K. *Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”?*. *Matrizes*, ano 7, n 2, p. 73-93, jul./dez. 2013. - Campinas: Pontes, 2006
- PIOVEZZANI FILHO, C. F. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário et al.. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- SANTOS, A. C. L. Estratégias de produção de sentidos: uma reflexão sobre a comicidade e a metáfora na ilustração fotográfica. In: *Portal de Periódicos Científicos da UEL* Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/4955/0>>
Acesso em: 25 out. 2014

SCALZO, M. *Jornalismo de revista*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SCHWAAB, R. Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo. p. 58-75. In: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. (Orgs.) *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

SINGER, A. Classes e ideologias cruzadas. Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções. *Novos Estudos*, n. 97, nov. 2013.

SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. *Matrizes*, n. 1, p.15-26, out. 2007.
VÉRON, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004

VOGEL, D. *Revista e Contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias*. p. 17-26. In: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. (Orgs.) *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

YAMAMOTO, E. Y. *Representação dos movimentos civis nas capas da Revista Veja (1968-2008)*. Estratégias da imagem e a construção do imaginário político.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. *Identidades (in)formais*. Contradição, processos de designação e subjetivação da diferença. In: Discurso, língua e memória. *Organon*, v. 17, n. 35. Revista do Instituto de Letras da UFRGS, 2003, p. 245-282.